

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA PAULA ARCHER DE ARRUDA BORGES**

**EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS PRÁTICAS EM  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NAS GRANDES  
EMPRESAS BRASILEIRAS DE PAPEL E CELULOSE**

**FLORIANÓPOLIS  
2008**

ANA PAULA ARCHER DE ARRUDA BORGES

**EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS PRÁTICAS EM  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NAS GRANDES  
EMPRESAS BRASILEIRAS DE PAPEL E CELULOSE**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Dra. Sandra Rolim Ensslin

**FLORIANÓPOLIS  
2008**

ANA PAULA ARCHER DE ARRUDA BORGES

**EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NAS GRANDES EMPRESAS BRASILEIRAS DE  
PAPEL E CELULOSE**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de \_\_\_\_\_, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo relacionados.

Florianópolis, \_\_\_\_ de junho de 2008.

---

Prof<sup>a</sup>. Valdirene Gasparetto

Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

---

Prof<sup>a</sup>. Orientadora Sandra Rolim Ensslin  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída \_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Elisete Dahmer Pfitscher  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída \_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Fabricia Silva da Rosa  
Departamento de Ciências Contábeis, Faculdade Única  
Nota atribuída \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração deste trabalho deve-se a diversas pessoas que me apoiaram direta ou indiretamente durante a árdua caminhada acadêmica.

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu “porto seguro”, meus pais, pessoas essenciais em minha vida, responsáveis pela criação do meu caráter, e por todos os valores que possuo. A eles atribuo minha responsabilidade e determinação para alcançar meus objetivos.

À minha querida professora e orientadora Sandra Rolim Ensslin, um exemplo de mulher inteligente que tem o dom de ensinar e transmitir sabedoria.

Ao meu namorado Fernando pela compreensão, carinho e a capacidade de me fazer feliz nos momentos mais difíceis da vida.

Ao meu irmão e familiares que sempre me propiciam momentos agradáveis de lazer e confraternização.

Aos membros da banca pela contribuição e atenção a este trabalho.

Aos amigos, colegas, companheiros de trabalho e demais professores, agradeço pela compreensão e incentivo.

*"Depois de a última árvore sem frutos, o  
último rio envenenado, o homem  
perceberá que dinheiro não se come".  
(Gustavo de Assis).*

## RESUMO

BORGES, Ana Paula. **A Evidenciação Voluntária das Práticas em desenvolvimento Sustentável nas Grandes Empresas Brasileiras de Papel e Celulose**, 2008, f.\_79\_ Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O presente trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a evidenciação voluntária das práticas em desenvolvimento sustentável nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. As grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas, fizeram com que as empresas tivessem uma visão diferenciada com relação ao desenvolvimento sustentável e sua imagem diante de investidores e consumidores. Na tentativa de verificar tal preocupação, foi realizada uma investigação onde foram analisadas as vinte maiores empresas brasileiras de papel e celulose em se tratando de Patrimônio Líquido no ano de 2006, segundo a edição anual “Valor 1000”, publicada pelo jornal Valor Econômico em Agosto de 2007. Esta pesquisa de âmbito descritivo, realizada através de análises de conteúdos, tem por objetivo demonstrar a relação existente entre os ativos intangíveis e as possíveis formas de demonstrações contábeis, identificar os ativos intangíveis relacionados com as práticas ambientais das empresas brasileiras de Papel e Celulose, definir qual dos dois meios de divulgação é o preferido pelas empresas investigadas, conhecer a prática ambiental mais representativa da amostra, e identificar a empresa que mais evidenciou suas práticas ambientais. Percebeu-se que a grande maioria das instituições analisadas, preocupa-se em manter um desenvolvimento sustentável, e principalmente em divulgar tal preocupação tanto para os clientes como para seus investidores. Felizmente com o passar dos anos, a conscientização das empresas vem aumentando, de forma diretamente proporcional com as práticas ambientais realizadas, seja por motivo de *marketing*, ou pela verdadeira preocupação com o meio ambiente, mas o importante é a preservação na busca de um desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Ativos Intangíveis, Desenvolvimento Sustentável, Evidenciações Contábeis.

## ABSTRACT

This paper aims to present the result of a research about the voluntary manifestation of sustainable development practices in important Brazilian paper and cellulose industries. The significant changes which took place in the last decades led the companies to a different perception of the concept of sustainable development and of their image before investors and consumers. In the attempt to examine this new attitude, the twenty biggest Brazilian paper and cellulose industries were analyzed having in view their 2006 Net Assets, according to "Valor 1000" annual issue, published by the Valor Econômico newspaper in August 2007. This descriptive research, carried out through content analysis, has as its main objectives (i) to show the relationship between the intangible assets and the financial accounting statements possible forms; (ii) to identify the intangible assets which are related to the Brazilian paper and cellulose industries environmental practices; (iii) to determine which of the two ways of divulging is the preferred one by the companies under investigation; (iv) to get to know the most representative environmental practice among such companies; (v) to identify the company with the most evident environmental practices. It was realized that most of the industries under analysis are concerned about maintaining an environmental sustainable development and, most importantly, about making such concerns known among their customers as well as their investors. Fortunately, as time goes by, the enterprises' awareness has been increasing directly proportional to the environmental practices carried out, being that by means of marketing, or due to a genuine concern about the environment, although the crucial point is preservation aiming at sustainable development.

**Key words:** intangible assets, sustainable development, financial accounting statements.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Recursos organizacionais na Era Industrial e na Era do Conhecimento.....	13
Figura 2: Identificação da prática ambiental “Reciclagem” .....	22
Figura 3: Relação entre os ativos tangíveis e intangíveis ao longo das décadas .....	29
Figura 4: Relatório de Sustentabilidade 2006 da empresa Klabin.....	45

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Informação sobre Amostra da Pesquisa .....	21
Quadro 2: Metas Para o Desenvolvimento Sustentável.....	32

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Matriz das práticas ambientais das empresas brasileira de Papel e Celulose selecionadas .....	23
Tabela 2: Evidenciação das Empresas nos Relatórios de Sustentabilidade.....	42
Tabela 3: Evidenciação das Empresas nos Site .....	48
Tabela 4: Cotejamento das Informações Coletadas nos Sites de Divulgação e nos Relatórios de Sustentabilidade .....	53



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evidenciação das práticas socioambientais nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas.....	43
Gráfico 2: Evidenciação das práticas sócio ambientais no Site das Empresas.....	49
Gráfico 3: Percentual das Divulgações realizadas nos Sites, nos RS e em ambos.....	54
Gráfico 4: Frequência de evidenciação da empresa Votorantim com relação as fontes RS, sites e ambos.....	57
Gráfico 5: Frequência de evidenciação da empresa Aracruz com relação as fontes RS, sites e ambos.....	58
Gráfico 6: Frequência de evidenciação da empresa Klabim com relação as fontes RS, sites e ambos.....	60
Gráfico 7: Frequência de evidenciação da empresa Veracel com relação as fontes RS, sites e ambos.....	61
Gráfico 8: Frequência de evidenciação da empresa Cenibra com relação as fontes RS, sites e ambos.....	62
Gráfico 9: Frequência de evidenciação da empresa Orsa com relação as fontes RS, sites e ambos.....	63
Gráfico 10: Frequência de evidenciação da empresa Irani com relação as fontes RS, sites e ambos.....	64
Gráfico 11: Frequência de evidenciação da empresa Jari Celulose com relação as fontes RS, sites e ambos.....	65

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas

**AICPA** – American Institute of Certified Public Accountants

**CCX** – Chicago Climate Exchange

**DS** – Desenvolvimento Sustentável

**Fepam** – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

**FSC** - Forest Stewardship Council

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**INMETRO** – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

**ISO** – International Organization for Standardization

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PL** – Patrimônio Líquido

**RS** – Relatório de Sustentabilidade

**SBC** – Sistema Brasileiro de Certificação

**SICA** – Sistema Contábil Gerencial Ambiental

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1.2	TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
1.3	OBJETIVO.....	17
1.3.1	Objetivo geral.....	17
1.3.2	Objetivos específicos.....	17
1.4	JUSTIFICATIVA.....	18
1.5	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
1.5.1	Enquadramento Metodológico.....	19
1.5.2	População e Amostra.....	20
1.5.3	Procedimento para coleta e análise de dados.....	21
1.6	DELIMITAÇÃO E LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	24
1.7	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	25
2	PLATAFORMA TEÓRICA.....	27
2.1	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	27
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	31
2.2.1	Normas Ambientais.....	34
2.3	CONTABILIDADE E A GESTÃO AMBIENTAL.....	36
2.4	EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL.....	38
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41
3.1	ANÁLISE REALIZADA NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	41
3.2	ANÁLISE REALIZADA NOS SITES DE DIVULGAÇÃO.....	47
3.3	COTEJAMENTO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NOS SITES DE DIVULGAÇÃO E NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	52
3.4	ANÁLISE POR EMPRESA.....	56
3.4.1	Votorantim.....	57
3.4.2	Aracruz.....	58
3.4.3	Klabim.....	60
3.4.4	Veracel.....	61
3.4.5	Cenibra.....	62
3.4.6	Orsa.....	63
3.4.7	Irani.....	64
3.4.8	Jari Celulose.....	65
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
4.1	OPINIÃO DA PESQUISADORA.....	70
4.2	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	72
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
	ANEXOS.....	77
	APÊNDICE.....	85

## **1 INTRODUÇÃO**

Este capítulo de caráter introdutório apresenta as considerações iniciais, o tema, o problema, os objetivos geral e específico, a justificativa, a relevância, a metodologia da pesquisa, que destaca o enquadramento metodológico, a população e amostra, e os procedimentos para coleta dos dados e levantamento do referencial teórico, a delimitação, e a estrutura da pesquisa.

### **1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O mundo está passando por grandes mudanças nas últimas décadas. A cultura humana tem-se mostrado cada vez mais aperfeiçoada em termos de desenvolvimento tecnológico, mostrando também toda a sua vocação para colocar a seu serviço tudo aquilo que conquistou, não querendo simplesmente transformar-se numa realidade alienada pelo seu próprio esforço. As mudanças e as transformações nas áreas econômicas, culturais, sociais, tecnológicas e demográficas, estão se realizando de forma veloz e imprevisível e o problema detectado é que muitas organizações não possuem a menor noção que o mundo mudou e, conseqüentemente, não operaram nelas próprias as devidas mudanças demandadas pelo mundo globalizado.

Pinchot & Pinchot (1994), afirmam que mudanças radicais na natureza do trabalho estão revolucionando o papel do ser humano na sociedade moderna. Todas as instituições estão mudando, à medida que as relações entre empregado e empregador, mulher e homem, filho e pai, aluno e professor se alteram de formas profundas e permanentes, em respostas à necessidade de que todos contribuam com sua inteligência, sua criatividade e sua responsabilidade para com a sociedade. Após décadas de enfoque limitado, pede-se aos empregados que considere o todo, que sejam inovadores e se preocupem com os clientes, que trabalhem em equipes e que determinem os seus próprios serviços e os coordenem com os demais, em vez de simplesmente obedecer a ordens.

Esse período de gradativas mudanças na economia mundial vem sendo apontado por muitos estudiosos do assunto como o período de transição de uma Sociedade Industrial para uma Sociedade do Conhecimento, pois aos demais recursos existentes, e até então valorizados e utilizados na produção - terra, capital e trabalho, junta-se o conhecimento, alterando, principalmente, a estrutura econômica das nações e, sobretudo, a forma de valorizar o ser

humano (MARTINS, 2000 p.01). Essa afirmativa é bem representada por Moura (2004), conforme pode-se visualizar na Figura 1.



Figura 1: Recursos organizacionais na Era Industrial e na Era do Conhecimento  
Fonte: Moura (2004 p.06).

A aplicação do conhecimento vem impactando, sobremaneira, o valor das organizações, pois a materialização da utilização desse recurso, mais as tecnologias disponíveis e empregadas para atuar num ambiente globalizado, produzem benefícios intangíveis que agregam valor às mesmas. (LUZ, 2007)

A esse conjunto de benefícios intangíveis denominou-se Capital Intelectual. O aparecimento desse conceito conduz à necessidade de aplicação de novas estratégias, de uma nova filosofia de administração e de novas formas de avaliação do valor da empresa que contemplem o recurso do conhecimento. (MARTINS, 2000 p.01)

Para Drucker (1989), se a ideologia da produção em série, característica da era industrial, tinha como princípio fundamental a associação de terra, trabalho e capital como forma de criar riqueza, na sociedade do conhecimento, a informação, gerando ação (conhecimento), constitui o mais importante recurso de agregação de valor. O conhecimento revoluciona o processo de produção, uma vez que ele torna economicamente viável a individualização e diversificação do produto. Cada dia mais será necessária a prática

empreendedora, tanto quanto a gerencial, baseada em regras e conhecimento específico. A inovação, que consiste em trabalho árduo e sistemático de análise periódica dos produtos, serviços, tecnologia, mercado e canais de distribuição, é o que determinará a sobrevivência das organizações.

Esta transição para a era do conhecimento trouxe, portanto novas preocupações e novos objetivos dentro das organizações, e entre estas preocupações, pode-se destacar a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Durante muito tempo se acreditava que a manutenção de altas taxas de lucratividade e a preocupação com questões sociais e ambientais fossem coisas incompatíveis nas atividades empresariais. Atualmente, diante de todas as transformações que vêm ocorrendo em todos os setores do mundo, os dados mostram justamente o contrário, ou seja, que investir em meio ambiente e em responsabilidade social representa um grande negócio para as empresas.

Nas empresas, observa-se que apenas a visão do lucro é insuficiente para alcançar os objetivos da entidade. Em longo prazo, para a empresa possuir continuidade, ela deve atender às necessidades de todos os agentes envolvidos: clientes, governos, comunidade, funcionários e acionistas. Dentre essas necessidades, destacam-se o bem estar dos próprios funcionários e da sociedade com ênfase no aspecto ambiental. (ALBERTON, 2004 p.02)

De forma inteligente, algumas empresas tentam transformar o meio ambiente em vantagem competitiva, ou seja, em vez de encarar as obrigações ambientais como uma desvantagem financeira, as empresas estão reconhecendo, cada vez mais, as oportunidades competitivas na prevenção da poluição, nas tecnologias não prejudiciais às pessoas e nos produtos que respondem bem ao meio ambiente.

Tal cenário representa também certo estado de conscientização do consumidor, onde os fatores preço e qualidade não são os únicos a serem considerados quando da aquisição de um produto ou da obtenção de um serviço. Desta forma, este fato, também interessa aos investidores, pois quanto maior a quantidade de clientes, e melhor a imagem da organização na sociedade, entre outros fatores, mais vantagens terão os investidores ao aplicar seu capital nestas empresas.

Para Merlo, Gallina (2005), a preocupação com o meio ambiente, faz com que a própria administração comece a modificar sua maneira de realizar seus negócios, revendo seu plano de vendas, de controle, de produção, de *marketing* e outros. Enfim, leva a administração

empresarial a tomar novas decisões que trarão benefícios importantes para a diferenciação da empresa na sociedade, e desta maneira aumentar sua capacidade de atrair mais consumidores, possibilitando incremento em seus negócios e conseqüentemente, mais lucro.

Conforme Cunha (2000), a inclusão de objetivos ambientais nas metas de uma empresa pode, não necessariamente, representar uma despesa real, mas dependendo das condições, poderá até se tornar um diferencial competitivo bastante lucrativo, ou ao menos ser a diferença entre a continuidade das atividades da empresa e o seu fechamento.

Visando, portanto a captação de clientes e de investidores, o diferencial de manter um desenvolvimento sustentável, torna-se um Ativo Intangível de grande valor, havendo, portanto a necessidade de divulgá-lo. Pode-se definir Ativos Intangíveis como os recursos de difícil mensuração, capazes de proporcionar benefícios futuros para as organizações.

Tal divulgação pode ser feita de diversas maneiras, como por exemplo, por meio de propagandas (em televisão, rádio, revistas e principalmente internet), ou por meio dos relatórios anuais de sustentabilidade que são documentos mais técnicos que englobam todas as práticas realizadas e futuros investimentos que garantem o desenvolvimento sustentável das organizações como um todo. Este último é divulgado junto com as demonstrações contábeis das empresas.

Diante da situação apresentada, fica evidente a necessidade das organizações se adaptarem às novas tendências. Os investimentos agora são calculados também em longo prazo. A responsabilidade em manter e preservar a natureza, e os recursos existentes nela acaba sendo não somente uma necessidade, mas uma grande maneira de valorizar as organizações. Desta forma, divulgar as práticas voltadas para a preservação do Ambiente, se torna uma tarefa gerencial de extrema importância para a imagem, reconhecimento, notoriedade e valorização das empresas.

## 1.2 TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

Ao longo dos anos, as demonstrações contábeis sofreram algumas transformações. Apenas os números não servem mais para evidenciar as riquezas que as empresas possuem. Para tanto, são utilizadas as Notas Explicativas, Relatórios da Administração e os Pareceres da Auditoria, que em forma textual, porém não obrigatórias, evidenciam importantes procedimentos e descrevem as principais informações da organização.

A realização e a divulgação das práticas socialmente responsáveis agregam valor às organizações, pois além de informar com transparência a conformidade diante das leis, comunicam a todos os seus *stakeholders*, ou seja, a todos aqueles com os quais a empresa se relaciona: clientes, acionistas, fornecedores, investidores, governo, sociedade, público interno e comunidade do entorno as ações ambientalmente favoráveis ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Oliveira (2000), a legislação ambiental brasileira é bastante extensa, mas considerada uma das melhores do mundo. O mesmo autor afirma, ainda, que para a defesa do meio ambiente, existem instrumentos legais em grande quantidade. De fato, o Brasil possui um conjunto variado de dispositivos e instrumentos legais que prevê a regulamentação de proteção, controle e gestão ambiental.

Infelizmente, foi necessário ver para crer que o homem estava se auto destruindo quando utilizava a natureza de maneira desorientada e inconseqüente. Hoje as atitudes mudaram, e divulgar as práticas voltadas para a preservação ambiental é essencial para as organizações, principalmente aquelas que utilizam grandes recursos naturais como matéria prima, que é o caso das empresas de Papel e Celulose.

Portanto, a empresa estar dentro das normas ambientais, é uma obrigação perante a lei o que se denomina responsabilidade regulada e, se ela for além destas leis, se destacará diante do mercado. Ao receber este tipo de destaque, ela poderá atrair investidores e clientes, o que acarretará na ampliação das vendas, na possibilidade de conquistar e fidelizar consumidores e, conseqüentemente, no maior interesse dos acionistas e possíveis investidores em aplicar capital na organização, e assim garantir seu crescimento e desenvolvimento.

Diante desta situação, tem-se como questão problema: *Quais são as práticas ambientalmente responsáveis das empresas de Papel e Celulose e de que forma são divulgadas ao público com as quais se relaciona?*



### **1.3 OBJETIVO**

A seguir apresentam-se os objetivos geral e específicos que definem o rumo da pesquisa, para que sejam alcançadas as respostas ao problema proposto.

#### **1.3.1 Objetivo geral**

Investigar a evidenciação voluntária das práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável nas vinte maiores empresas brasileiras de Papel e Celulose em se tratando de Patrimônio Líquido no ano de 2006, segundo a edição anual “Valor 1000”, publicada pelo jornal Valor Econômico em Agosto de 2007.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, são formulados os seguintes objetivos específicos:

- Demonstrar a relação existente entre os ativos intangíveis e as possíveis formas de demonstrações contábeis
- Identificar os ativos intangíveis relacionados com as práticas ambientais das empresas brasileiras de Papel e Celulose;
- Identificar qual dos dois meios de divulgação é o preferido pelas empresas investigadas;
- Identificar a prática ambiental mais representativa da amostra; e,
- Identificar a empresa que mais evidenciou suas práticas ambientais.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

A partir da década de 90, verifica-se a preocupação com a evidenciação das práticas ambientais; sendo assim, por ser um tema recente, há a necessidade desta divulgação não só para a atualização das empresas no mercado competitivo, mas também como auxílio para conscientização de consumidores e investidores. É de extrema importância verificar o foco que as organizações estão dando atualmente: clientes ou investidores.

No Brasil, os relatórios anuais de sustentabilidade seguem o padrão mundial, com o objetivo de tornar mais claras as informações adicionais das empresas, informando de maneira padronizada as práticas utilizadas para manter o desenvolvimento sustentável. Para as empresas brasileiras de Papel e Celulose, estes relatórios são de extrema importância, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável, pois este ramo industrial necessita de muitos recursos naturais, o que pode causar sérios danos ambientais, caso não seja feito de maneira sustentável.

Como embasamento teórico, esta pesquisa apresenta definições e explicações sobre o desenvolvimento sustentável, fazendo uma relação com os ativos intangíveis e as formas contábeis de divulgações.

Em termos concretos, a contribuição consiste num levantamento das práticas ambientais das empresas brasileiras de Papel e Celulose e a incidência que é dada na divulgação através de sites e dos relatórios de sustentabilidade.

Diante dos objetivos deste estudo, são possíveis as empresas do ramo de Papel e Celulose, se adaptarem à tendência do mercado, revendo suas formas de divulgação, ao tratar do desenvolvimento sustentável. Servirá também para os clientes e a comunidade em geral, se interessarem sobre as possíveis práticas ambientais que as empresas estão realizando, e com isso serem mais criteriosos ao optar por determinada organização quando efetuarem suas compras, ativando a consciência ambiental em cada cidadão.

## **1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A Metodologia da pesquisa mostra todo o desenvolvimento do trabalho. Visa expor e explicar detalhadamente todos os passos seguidos para a elaboração e a construção do estudo. A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. (BELLO, 2004).

Sendo assim, apresenta-se o enquadramento metodológico, a população e amostra e os procedimentos para coleta e análise dos dados.

### **1.5.1 Enquadramento Metodológico**

Uma das formas de expor a metodologia de um estudo é definindo seus objetivos. A pesquisa em questão é de natureza descritiva, pois são analisadas determinadas características (práticas ambientais) nas divulgações dos Relatórios de Sustentabilidade e nos sites das empresas selecionadas. Estas variáveis são analisadas, descritas, comparadas por meio da interpretação dos dados coletados, e assim se chega a uma conclusão quanto à divulgação, por parte das empresas de Papel e Celulose, das práticas ambientalmente responsáveis.

Para GIL (1991), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento. Nesta pesquisa faz-se uso da observação dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) onde são levantados os dados referentes às práticas ambientalmente responsáveis.

O problema abordado é explorado de forma qualitativa. A pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações. Portanto este estudo busca identificar e analisar a amostra em questão, com vistas a verificar quais práticas são mais desenvolvidas a partir da divulgação e quais empresas mais divulgam.

A coleta dos dados é realizada por meio da técnica Análise de Conteúdo, por meio da leitura de sentenças, em fontes caracterizadas como secundárias – sites das empresas

brasileiras de Papel e Celulose e Relatórios Anuais de Sustentabilidade. Pode-se definir como fonte secundária, todo trabalho baseado em outro, este sendo a fonte original ou primária. Tem como característica o fato de não produzir uma informação original, mas sobre ela trabalhar, procedendo a análise, ampliação, comparação, etc.

No trabalho em questão, os sites das empresas pesquisadas e os respectivos Realatórios de Sustentabilidade, são tecnicamente analisados a fim de localizar indicadores que permitam formar conhecimento suficiente para possíveis conclusões sobre o estudo. Ou seja, através da análise documental, é possível apontar as técnicas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em ambos canais de comunicação utilizados pelas empresas pesquisadas.

Após identificada toda a metodologia do trabalho, se faz necessário selecionar a população e a amostra que é estudada.

### **1.5.2 População e Amostra**

A pesquisa envolve a análise de uma amostra das 20 maiores empresas brasileiras de Papel e Celulose em se tratando de Patrimônio Líquido no ano de 2006, segundo a edição anual “Valor 1000”, publicada pelo jornal Valor Econômico em Agosto de 2007. Esta amostra é derivada de uma população que engloba as 1000 maiores empresas do Brasil, publicada por este jornal. Para analisar o mesmo segmento, são selecionadas todas as empresas do ramo de Papel e Celulose devido às suas atividades que possuem um alto poder de degradação ambiental.

O Quadro abaixo mostra o *ranking* das empresas estudadas.

Ranking: **Patrimônio Líquido** | Ano: **2006** | Resultado: **20 registros**  
 Segmento: **Indústria** | Setor: **Papel e Celulose**

Valores em R\$ milhões

	Empresa	Receita Líquida	Patrimônio Líq.	Lucro Líquido	Ativo Total
1	VCP	2.542,80	5.118,70	630,10	8.965,20
2	Aracruz Celulose	2.279,40	4.879,50	1.148,30	9.253,40
3	Klabin	2.594,70	2.460,80	473,50	5.968,80
4	Veracel	776,90	1.805,80	27,10	3.678,90
5	Ripasa	1.369,10	1.193,40	117,60	2.183,00
6	Cenibra	1.046,50	897,40	172,30	2.358,70
7	Rigesa	594,20	871,00	116,10	1.039,90
8	International Paper	903,60	786,10	241,00	1.779,40
9	Orsa	522,20	291,80	0,40	1.131,20
10	Norske Pisa	335,10	213,60	21,10	429,80
11	Trombini Embalagens	351,30	196,10	9,80	297,20
12	Adami	214,70	139,80	3,10	255,10
13	Irani	297,00	118,00	1,00	335,70
14	Santher	590,90	106,20	14,30	561,60
15	Penha	255,20	89,20	0,70	229,40
16	Mili	236,90	53,70	5,60	140,90
17	Melhoramentos	364,40	21,80	1,00	384,10
18	Rubi	444,50	3,60	-3,20	60,50
19	SPP Agaprint	200,20	3,10	-12,80	90,50
20	Jari Celulose	382,90	-440,00	35,60	1.280,80

**Quadro 1: Informação sobre Amostra da Pesquisa**

Fonte: Ipirb (www.ipib.com.br)

A decisão de pesquisar este ramo industrial deu-se ao fato das empresas de Papel e Celulose utilizarem diretamente o meio ambiente como fonte de matéria prima, e por isso, necessitarem de maiores cuidados para manterem um desenvolvimento sustentável e conseqüentemente uma maior valorização no mercado.

### 1.5.3 Procedimento para coleta e análise de dados.

Para a coleta e registro dos dados a autora leu os relatórios e a literatura pertinente ao tema com vistas a identificar as possíveis práticas ambientais. Como exemplos dessas práticas citam-se: a reciclagem, o manejo florestal, créditos de carbono. Estas informações foram agrupadas no eixo vertical de uma matriz (Tabela 1); no eixo horizontal estão dispostas as 20 organizações que compõem a amostra.

A Figura 2 evidencia o método utilizado para a identificação das práticas citadas por cada empresa. A prática é reconhecida e em seguida o eixo vertical da tabela é alimentado. No exemplo citado, o eixo foi alimentado com o item “Reciclagem”.



**Figura 2: Identificação da prática ambiental “Reciclagem”**

Fonte: www.orsaembalagens.com.br

O levantamento das informações se dá de três formas distintas. Primeiramente serão extraídas as informações contidas nos RS; em segundo lugar são investigadas as evidências constantes nos sites; e, finalmente o cotejamento das informações coletadas nas duas fontes citadas anteriormente. Desta forma são apresentadas três tabelas, com a mesma matriz, mas com distintas fontes de coleta de dados.

**Tabela 1: Matriz das práticas ambientais das empresas brasileira de Papel e Celulose selecionadas**

	Vot.	Arac.	Klab.	Ver.	Rip.	Cen.	Rig.	I.P.	Ors.	N.P.	Trom.	Ada.	Iran.	San.	Penh.	Mili	Melh.	Rubi	SPP	J.C
Certificação FSC																				
Celulose Isenta de Cloro elementar																				
Sistema de queima de Gases																				
Unidade de Co-geração de energia																				
Dentro de todas as normas ambientais																				
Pré branqueamento com O2 e recuperação de produtos químicos																				
Combustíveis dos caminhões possui menor teor de enxofre																				
Utilização de frotas de caminhão não pertencentes à frota própria																				
Manejo Florestal																				
Utilização de vias fluviais para o transporte da madeira																				
Manutenção da biodiversidade																				
Monitoramento Ambiental em Microbacias																				
Projetos focados na Educação Ambiental junto à comunidade e																				
Reciclagem e otimização de recursos																				
Redução de Emissões Atmosféricas																				
Sistemas de tratamento de efluentes																				
Redução da carga específica de DQO e DBO																				
Redução do consumo de água																				
Créditos de Carbono																				
Fomento Florestal - parceria com produtores																				
Respeito na ocupação do solo																				
Colheita especializada de forma a reduzir o impacto ambiental																				
Defensivos agrícolas menos tóxicos																				
Controle de odores																				
Projeto contra atropelamento de animais																				
Monitoramento para evitar impactos ambientais																				
Pesquisas para manter o desenvolvimento da fauna e flora																				
Reflorestamento																				
Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas																				
Reserva Florestal																				
Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores																				
Construção e Manut. de estradas ecologicamente corretas																				

Fonte: Elaborada pela autora

Na tabela que é registrada a investigação feita junto aos sites, o preenchimento é na cor azul; na tabela que está registrada a investigação junto aos RS, o preenchimento é na cor amarela; na terceira tabela onde os dados são cotejados, as práticas que aparecem em ambos ficam na cor verde.

Posteriormente é realizada uma análise identificando o percentual de evidenciação visando identificar qual a maior preocupação destas empresas, evidenciar essas importantes informações nos sites, nos Relatórios de Sustentabilidade ou em ambos, tanto para os clientes como para os investidores. Paralelamente, a mesma análise é feita individualmente em cada empresa. Após o estudo dos dados coletados, é possível realizar a análise e as considerações finais da pesquisa.

## **1.6 DELIMITAÇÃO E LIMITAÇÃO DA PESQUISA**

Este estudo é delimitado por uma amostra das 20 maiores empresas de Papel e Celulose do Brasil em se tratando de Patrimônio Líquido no ano de 2006, segundo a edição anual “Valor 1000”, publicada pelo jornal Valor Econômico em Agosto de 2007, portanto as conclusões obtidas com este trabalho não devem ser generalizadas para todas as empresas deste ramo.

Por ser este um tema de interesse de diferentes profissionais, como contadores, gestores de empresas, administradores, e também investidores e consumidores em geral; este trabalho não tem a intenção de cobrir todo o assunto.

Durante a coleta dos dados, algumas limitações foram surgindo.

A empresa Ripasa, por exemplo, está com seu site em construção. Isso impossibilitou o andamento da pesquisa já que o site da empresa é um dos documentos analisados neste estudo.

Outra limitação está no site da National Paper, pois o mesmo encontra-se construído e Inglês, impossibilitando uma pesquisa completa e detalhada devido às dificuldades de tradução.

Como outra limitação, estão as empresas que não possuem Relatórios de Sustentabilidade ou não foi possível o acesso aos mesmos. Para todas estas organizações, foram enviados e-mails ou solicitações pelos próprios sites no link “Fale Conosco”, pedindo



os R.S. Do universo de 10 empresas, somente duas retornaram aos e-mails (International Paper e Penha), dizendo que não possuíam este documento. O restante não se manifestou. No **Apêndice A** encontram-se os e-mails encaminhados e respondidos pelas empresas.

Diante das limitações apresentadas, é possível realizar a análise dos resultados da pesquisa dos sites com 18 empresas: VCP, Aracruz, Klabin, Veracel, Cenibra, Rigesa, International Paper, Orsa, Trombini Embalagens, Adami, Irani, Santher, Penha, Mili, Melhoramentos, Rubi, SPP Agaprint e Jari Celulose. Já o estudo dos relatórios e o cotejo das informações é feitos com 8 empresas, pois somente estas possuíam os RS, são elas: VCP, Aracruz, Klabin, Veracel, Cenibra, Orsa, Irani e Jari Celulose.

## **1.7 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA**

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos: Introdução, Fundamentação Teórica, Apresentação e Análise dos Resultados, Considerações Finais e Referências.

Este primeiro capítulo evidenciou o contexto atual das empresas, suas necessidades e as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos, apontando as mais novas formas de gerenciamento, onde os Ativos Intangíveis são cada vez mais valorizados dentro das empresas. Desta forma foi definido o tema da pesquisa, assim como a problematização e a justificativa do trabalho. Esse mesmo capítulo apresentou a Metodologia da Pesquisa que irá informar o desenvolvimento do estudo, em termos da apresentação do enquadramento metodológico (forma, instrumentos e fontes para a coleta dos dados), da amostra e população, e, por fim dos procedimentos utilizados a coleta e análise das informações encontradas.

O segundo capítulo contém a Plataforma teórica, onde são apresentados os tópicos que informam a elaboração desta pesquisa, sendo eles: Ativos Intangíveis, Desenvolvimento Sustentável, Contabilidade e Gestão Ambiental, Evidenciação Contábil.

O terceiro capítulo - Apresentação e Análise dos Resultados - mostra todas as tabelas e gráficos encontrados por meio da pesquisa realizada, assim como a análise dos números e de cada situação evidenciada.

No capítulo referente às Considerações Finais é apontada a conclusão com o estudo realizado, além da opinião da pesquisadora e sugestões para trabalhos futuros.

Ao final do trabalho encontram-se as Referências que irá apresentar a bibliografia de todos os documentos utilizados para a elaboração desta monografia, seguido dos anexos e apêndice.

## 2 PLATAFORMA TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica que informa o desenvolvimento da presente monografia e está subdividido em três subcapítulos, que abordam: a noção de ativos intangíveis, o desenvolvimento sustentável, a contabilidade e a gestão ambiental, e, a evidenciação contábil.

### 2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor contábil, como referencial econômico-financeiro das organizações modernas, está desatualizado, não diagnosticando eficientemente o patrimônio empresarial, principalmente das empresas do conhecimento, e, dessa forma, não atingindo a finalidade maior da contabilidade: a informação com qualidade. (KRAEMER, 2002).

O grande responsável por essa defasagem contábil é o conjunto dos recursos intelectuais que correspondem aos ativos mais valiosos encontrados nas empresas e que não vêm sendo levados em conta pela contabilidade. A questão não é o desconhecimento ou mesmo o desprezo dessa nova realidade, pelos contadores, e sim a dificuldade de se encontrar uma metodologia segura e adequada para mensurar e avaliar esse novo recurso econômico gerador de riqueza, diante da sua natureza intangível. (PAIVA, 2000, p.2)

O valor de uma empresa está nos seus ativos e esses se apresentam sob quatro formas, três delas precisas e mensuráveis, e a quarta imprecisa e essencialmente não mensurável até que a empresa seja vendida: (i) 1ª categoria de ativos – ativos circulantes/RLP; (ii) 2ª categoria “ “ – investimentos; (iii) 3ª categoria “ “ – ativos imobilizados; e, (iv) 4ª categoria “ “ – ativos intangíveis (não possuem existência física, mas, assim mesmo, representam valor para a empresa. São de difícil avaliação precisa.). (PAIVA, 2000, p.05)

Diante das afirmações acima, verifica-se que o balanço patrimonial não demonstra todos os elementos que contribuem para geração de valor de uma empresa. Algumas vezes, o que não está presente nos balanços tem uma importância maior do que os elementos ali encontrados. Informações importantes que podem influenciar fortemente o futuro da empresa são, normalmente, divulgadas de forma bastante obscura em notas explicativas dificultando a análise do seu patrimônio e pior, com a conivência legal. Enquanto isso, os usuários,

principalmente o investidor, desejam informações mais realistas acerca do potencial de geração de riqueza de uma empresa.

Apesar do surgimento da Lei nº. 11.638/2007, promulgada em 28 de dezembro de 2007 que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2008 que altera e introduz novos dispositivos a lei das sociedades por ações (Lei nº. 6404/76), criando um novo grupo de conta no Ativo Permanente, os “Ativos Intangíveis”, a contabilidade ainda não possui um verdadeiro domínio deste assunto. Portanto, para tornar mais clara a visão dos usuários e dos investidores diante de todas as informações presentes dentro das empresas, surge a necessidade de um modelo que evidencie não numericamente (para tanto existem as demonstrações contábeis como o balanço patrimonial), mas de forma textual, todos os valores pertencentes às organizações, mas que não podem ser mensurados monetariamente e portanto não constam nas demonstrações contábeis. Surge, portanto, o modelo de capital intelectual.

Todavia, o modelo de capital intelectual não substitui a contabilidade financeira. Seu objetivo é captar e reconhecer contabilmente os elementos subjetivos que influenciam a criação de valor da empresa e dessa forma, complementar e enriquecer a contabilidade na sua forma atual, fazendo com que a mesma alcance o seu papel informacional da melhor forma possível. A grande diferença está no seguinte: enquanto a contabilidade “tradicional” destaca elementos do passado, o capital intelectual apresenta o presente e sinaliza o futuro.

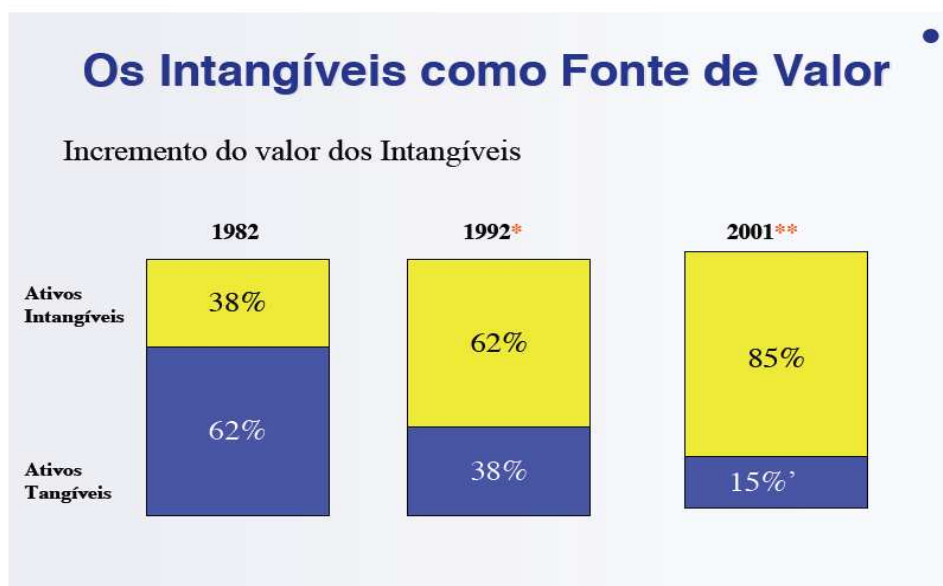
Com a existência dos Ativos Intangíveis, surge a diferença entre o valor contábil e o valor pago na compra de uma empresa, que vem sendo contabilizada como *goodwill*.

Goodwill é aquele “algo mais” pago sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas, devido a uma expectativa (subjetiva) de lucros futuros, em excesso de seus custos de oportunidade.

Para Stewart, (1998):

Quando o mercado de ações avalia empresas em três, quatro ou dez vezes mais que o valor contábil de seus ativos, está contando uma verdade simples, porém profunda: os ativos físicos de uma empresa baseada no conhecimento contribuem muito menos para o valor de seu produto (ou serviço) final do que os ativos intangíveis – os talentos de seus funcionários, a eficácia de seus sistemas gerenciais, o caráter de seus relacionamentos com os clientes – que, juntos, constituem seu capital intelectual.

Nesta citação, Stewart reforça a grande importância que o capital intelectual pode trazer para a valorização das empresas, podendo estas muitas vezes serem avaliadas de forma que suas ações possam exceder em até dez vezes o valor contábil, conforme Figura 3.



**Figura 3: Relação entre os ativos tangíveis e intangíveis ao longo das décadas**

Fonte: Moura (2004, p.06).

Muitos profissionais da área buscam definições de Ativos Intangíveis. Alguns, devido a natureza abstrata destes conceitos, intitulam diferentes maneiras para se referir ao Ativo de difícil mensuração, como por exemplo, Capital Intelectual, Recursos Intangíveis, Capital Intangível, entre outros. Pelo mesmo motivo, existem diferentes definições, de autores distintos, que variam de acordo com o assunto tratado especificamente ou mesmo genericamente.

Para *Stewart (1998)*, capital intelectual “é a soma do conhecimento de todos em uma empresa, o que lhe proporciona vantagem competitiva. (...) constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – que pode ser utilizada para gerar riqueza.”.

Segundo *Lev (2001)*, o Capital Intelectual é gerado pelos investimentos em três elementos: inovação, desenho organizacional diferenciado e recursos humanos.

De acordo com *Roos, Roos, Edvinsson e Dragonetti (1997)*, o conceito de Capital Intelectual é exposto de duas formas, identificadas por positiva e negativa. Da forma positiva, o Capital Intelectual consiste no somatório do conhecimento dos seus membros e da materialização desse conhecimento em marcas, produtos e processos. A forma negativa conceitua o Capital Intelectual como “alguma coisa” que cria valor, mas é intangível e representa a diferença entre o valor total da companhia e o seu valor financeiro.

Entre as diversas conceituações sobre Capital Intelectual, a que melhor apresenta a representatividade e importância desse ativo agregador de valor aos empreendimentos, vêm da metáfora empregada por Edvinsson (1998 p.9-10): "Se considerarmos uma empresa como um organismo vivo, digamos uma árvore, então o que é descrito em organogramas, relatórios anuais, demonstrativos financeiros trimestrais, brochuras explicativas e outros documentos constitui o tronco, os galhos e as folhas. O investidor inteligente examina essa árvore em busca de frutos maduros para colher. Presumir, porém, que essa é a árvore inteira, por representar tudo que seja imediatamente visível, é certamente um erro. Metade da massa, ou o maior conteúdo dessa árvore, encontra-se abaixo da superfície, no sistema de raízes."

Capital Intelectual, Ativos Intangíveis, Recursos Intangíveis, enfim, independente da terminologia como é chamado, verifica-se que ele é de extrema importância para as organizações, e, portanto, quanto maior for, mais valor agregará para as empresas.

Os Ativos Intangíveis provêm de diferentes atividades e com focos distintos, temos como exemplo: satisfação de colaboradores, fidelização de clientes, marcas e patentes, preocupação social, preservação ambiental, entre outros. Este último tem como objetivo garantir um desenvolvimento sustentável, onde haja uma preservação, possibilitando um futuro pleno em que os recursos naturais não estejam esgotados, havendo uma harmonia entre utilização, reposição, e sustento do meio ambiente garantindo a mesma utilização para as gerações futuras. Para tanto, algumas práticas devem ser realizadas, como exemplo reciclagem, manejo florestal, controle na emissão de gases, redução de agrotóxicos, conscientização da população, manutenção da biodiversidade, diferentes formas para captar energia, utilização de vias alternativas para transporte de matéria-prima, etc. O conjunto destas práticas garante a valorização das organizações que ficam sendo bem vistas pela sociedade e conseqüentemente valorizando seus ativos intangíveis diante de investidores.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Até pouco tempo atrás, a grande maioria das empresas buscava sua matéria prima no meio ambiente sem qualquer controle de extração, de emissão de resíduos, preservação. Estas atitudes não colaboravam para manter o local de onde retiravam sua própria matéria-prima, e a consequência é que chegará um dia em que estas fontes irão se esgotar, causando um desequilíbrio não só na natureza, como na sociedade. Veja este exemplo: a empresa “X” localizada em uma cidade ribeirinha decide utilizar seus recursos financeiros para aumentar a produção, não se preocupando com as práticas ambientais devidas. Em pouco tempo, as águas dos rios ficarão totalmente poluídas, comprometendo a pesca, principal atividade econômica da população. Desta forma a renda dos pescadores diminuirá significativamente, e os mesmos não poderão mais comprar os produtos produzidos pela empresa “X”. Este é um exemplo simples, mas se ampliarmos para uma visão global, fica fácil perceber que o homem destruirá a si próprio, caso não assuma uma responsabilidade sócio ambiental.

Durante muito tempo, a ampla maioria dos ambientalistas foi contra o crescimento econômico. O desenvolvimento das organizações estava diretamente ligado à degradação do meio ambiente. Porém a partir dos anos setenta, iniciou-se um período de transição de pouco mais de uma década, em que a opinião destes especialistas, começa a mudar. Os ambientalistas então, começam a defender o desenvolvimento econômico pensando de um modo sustentável para o meio ambiente.

O termo desenvolvimento sustentável foi criado no ano de 1987 pela ex ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e pode ser definido como “Aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, como também é uma forma de otimizar o uso racional dos recursos naturais e a garantia de conservação e do bem estar para as gerações futuras “. (FERNANDES, 2000, p.03)

Compõem o conceito de desenvolvimento sustentável: a preservação da qualidade dos sistemas ecológicos, a necessidade de um crescimento econômico para satisfazer as necessidades sociais e a equidade - todos possam compartilhar - entre geração presente e futuras. Desta forma, percebe-se que os ideais do desenvolvimento sustentável são bem maiores do que as preocupações específicas (a racionalização do uso da energia, ou o desenvolvimento de técnicas substitutivas do uso de bens não-renováveis ou, ainda, o adequado manejo de resíduos). Principalmente, é o reconhecimento de que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indiscutivelmente interligados. Nenhum destes problemas fundamentais pode ser resolvido de forma isolada, na busca de parâmetros ditos como aceitáveis, visando à convivência do ser humano numa base mais justa e equilibrada.

O conceito de desenvolvimento sustentável não implica na busca de um estado de permanente harmonia, mas sim num contínuo processo de mudança, em que a orientação dos investimentos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a exploração dos recursos, esteja de acordo com as necessidades atuais e futuras da sociedade.

Para *Marina Ceccato Mendes* (<http://educar.sc.usp.br/biologia/principal.html>), o Desenvolvimento Sustentável tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

1	A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);
2	A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
3	A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
4	A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);
5	A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios);
6	A efetivação dos programas educativos

**Quadro 2: Metas Para o Desenvolvimento Sustentável**

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando a grande importância do Desenvolvimento Sustentável, muitos vêm esperanças no setor privado, ou seja, acreditam que as iniciativas devam vir das grandes



empresas, responsáveis pela maior parte da degradação ambiental. Observando a grande divulgação feita em relação à preservação do meio ambiente nos últimos anos, não somente com objetivos de sustentabilidade, mas também como forma de marketing, as grandes empresas vêm investindo e divulgando cada vez mais suas preocupações Ambientais, de forma a conquistar cada vez mais cliente e investidores.

As empresas possuem um papel relevante nesse processo, primeiro porque possuem recursos financeiros, podendo investir também em pesquisas e tecnologias, segundo por terem que seguir a leis ambientais, e por fim, porque podem transferir capital social de forma mais eficaz que o governo, por estarem culturalmente habituadas a trabalhar com metas e resultados.

De fato, é importante que as organizações adotem o conceito do desenvolvimento sustentável, para uma sustentação econômica futura. É dever da sociedade em geral pressionar as empresas, através de seu poder de compra, a comprometerem-se com a sustentabilidade. Por parte dos governos é necessário um aumento das exigências e ações regulamentadoras e fiscalizadoras. Um sistema utilizado pelas empresas que visa o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável e suas contingências é o sistema de Gestão Ambiental.

De acordo com Merico (2002, p. 15)

É preciso perceber que o conjunto de valores que direcionam nosso desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, nossa relação com o ambiente natural, encontrou uma barreira intransponível: os limites da biosfera.

A mudança paradigmática em curso aparece como um elemento reorganizador dos processos econômicos, cujo principal eixo é a busca da sustentabilidade, [...]. O sentido de orientação do desenvolvimento econômico deverá ser a inserção dos processos econômicos nos limites da biosfera, portanto, a operacionalização da sustentabilidade é o grande desafio civilizatório das próximas décadas.

Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável está sob as três pilastras da responsabilidade social e ambiental: (1) **capital social**: emprego e renda para gerar cidadania através de uma cadeia produtiva agregativa e incluyente que permita o crescimento econômico local; (2) **retorno econômico**: que beneficie todos os *stakeholders*, principalmente investimento em ciência e tecnologia que permita produzir mais com menor quantidade de matéria-prima e que reduza o volume de resíduos; e (3) **respeito ao meio ambiente**: gestão ambiental na entidade para impedir impactos negativos para a sociedade e o meio ambiente. (QUEIROZ, SILVA MONTENEGRO, BRAGA, PINHO, SOUSA, MACHADO, HOLANDA, SANTOS, 2007, p.04)

Este último vai de acordo também com as leis ambientais existentes no Brasil, além das diversas formas de aprimorar a Gestão Ambiental nas organizações.

### 2.2.1 Normas Ambientais

Entre as leis existentes, destaca-se a Constituição Federal de 1988, a qual traçou, de forma ampla e integrada, uma abordagem da questão ambiental. Na Constituição Federal de 1988 (2000, p.125), pode-se citar o artigo 225, que relata: “Todos têm direito ao meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Na Constituição Federativa do Brasil, além desse artigo, outros também foram criados visando proteger o meio ambiente, quais sejam, artigos: 5º, 23º, 24º, 129º, 170º, 174º, 200º e 216º. Alberton, Carvalho, Crispim (2004, p. 4).

Ao lado da Constituição Federal, ainda existem diversas leis que regulamentam os diferentes setores da vida moderna brasileira, variando de acordo com o impacto que cada organização pode causar ao meio ambiente.

Apenas para efeito de citação, Paulo Affonso Leme Machado, especialista brasileiro em Direito Ambiental internacionalmente reconhecido, enumera as 17 leis ambientais brasileiras que considera mais importantes: Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 24/07/1985), Agrotóxicos (Lei 7.802 de 11/07/1989) , Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902, de 27/04/1981), Atividades Nucleares (Lei 6.453 de 17/10/1977), Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 12/02/1998), Engenharia Genética (Lei 8.974 de 05/01/1995), Exploração Mineral (Lei 7.805 de 18/07/1989), Fauna Silvestre (Lei 5.197 de 03/01/1967), Florestas (Lei 4771 de 15/09/1965), Gerenciamento Costeiro (Lei 7661, de 16/05/1988), IBAMA (Lei 7.735, de 22/02/1989), Parcelamento do solo Urbano (Lei 6.766 de 19/12/1979), Patrimônio Cultural (Decreto Lei 25, de 30/11/1937), Política Agrícola (Lei 8.171 de 17/01/1991), Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 17/01/1981), Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 08/01/1997), Zoneamento Industrial nas áreas Críticas de poluição (Lei 6.803, de 02/07/1980). Para visualização detalhada de cada lei, vide **Anexo A**.

Entretanto, o Gerenciamento Ambiental possui um forte aliado como auxílio no controle da preservação ambiental, chamado, International Organization for Standardization

(ISO), uma organização não governamental sediada em Genebra, com o objetivo de ser o fórum internacional de normalização.

Segundo Alberton, Carvalho, Crispim (2004, p. 4):

Existem várias normas ISO. Para a certificação da gestão ambiental, destaca-se a ISO 14001, todavia, existe, também, a ISO 9001 que certifica sistemas de qualidade para todo o tipo de empresas. Observa-se que, apesar de uma norma ser da Qualidade (ISO 9001) e a outra ser da Gestão Ambiental (ISO 14001), elas possuem uma série de semelhanças: o comprometimento da organização, especificações, responsabilidades, registros, documentação, observância aos regulamentos, auditoria, análise crítica, entre outros.

Apesar de não obrigatórias, as ISO além de auxiliarem no Gerenciamento Ambiental, propiciam às empresas uma ótima imagem diante do mercado. Para se conseguir e manter uma certificação da ISO, é necessário submeter-se às auditorias externas realizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e pelo Sistema Brasileiro de Certificação (SBC), entidade certificadora no Brasil, e também auditorias internas conforme a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Segundo Donaire (1999 p.50), cada vez a questão ambiental está tornando-se matéria obrigatória das agendas dos executivos das empresas. A globalização dos negócios, a internacionalização dos padrões de qualidade nas séries descritas na ISO 14000, a conscientização crescente dos atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem antever que as exigências futuras que farão os futuros consumidores em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida, deverão intensificar-se. Diante disso, as organizações deverão, de maneira acentuada, incorporar a variável ambiental na prospecção de seus cenários e na tomada de decisão, além de manter uma postura responsável de respeito à questão ambiental.

Visando toda esta questão do desenvolvimento sustentável, surge a necessidade de criar um setor focado na questão ambiental, como forma de gerenciamento, assim como uma especialização do setor contábil que lidam diretamente com a questão ambiental.

### 2.3 CONTABILIDADE E A GESTÃO AMBIENTAL

Com o desenvolvimento da economia, as corporações tornaram-se responsáveis por um grande número de interesses. Os principais interessados são os acionistas destas corporações, que necessitam de informações sobre a situação dos ativos e sobre os resultados da empresa. Além disso, querem estar protegidos contra obrigações de ordem ambiental.

Expandindo o horizonte além do interesse dos acionistas, observa-se um grande número de interessados nas possíveis obrigações ambientais da empresa: consumidores, competidores, vizinhos, investidores, empregados, instituições financeiras, público em geral, governo, grupos de formadores de opinião, mídia, comunidade científica, fornecedores. Estes públicos têm diferentes graus de interesse nas informações ambientais relativas às atividades empresariais. São os chamados *stakeholders*.

Credores, por exemplo, tem interesse na informação ambiental a fim de calcular o risco de crédito. Investidores necessitam de informações sobre gastos e desempenho ambiental para tomar decisões de investimentos. Os empregados desejam condições adequadas de trabalho. O público em geral está cada vez mais interessado em identificar como a companhia afeta o crescimento econômico do país.

Frente a estas informações, a gestão ambiental começa a ser encarada como um assunto estratégico dentro das organizações e isso têm se tornado um fator importante de competitividade.

Neste contexto, inicia-se uma nova trajetória onde as empresas começam a pensar na proteção ambiental para auxílio e não impedimento ao crescimento, fazendo com que sejam competitivas no mercado. Dessa forma, admite-se a idéia de uma nova organização da economia a fim de torná-la ambientalmente sustentável. Uma forma de admitir isso pode ser a inserção de novos métodos de gestão e gerenciamento. (PFITSCHER, 2004 p.36).

A mesma autora, afirma ainda que para se fazer uma gestão ambiental, é necessário Liderança, Planejamento Estratégico, Gestão de Processos e Gestão de Pessoas, além de se conhecer as atividades pertinentes aos produtos e serviços das organizações, considerando: legislação, aspectos ambientais, análise das práticas, procedimentos, avaliação dos incidentes e acidentes prévios.

O modelo de gestão, segundo Cruz (1991 *apud* CATELLI, 1999, p.57), é um “conjunto de normas”, princípios e conceitos que tem por finalidade orientar o processo administrativo de uma organização, para que esta cumpra a missão para a qual foi constituída.

A Gestão Ambiental, para ser realizada, depende de inúmeras informações que são geradas na Contabilidade, onde contém os fatos econômicos, financeiros e patrimoniais ocorridos no patrimônio da entidade utilizando-se das técnicas de processamento, com a finalidade de emitir relatórios que auxiliem os usuários na tomada de decisão.

Segundo Martins e Luca (1994 apud CHEQUETTO, 2004), a contabilidade ambiental é o conjunto de informações divulgadas pela contabilidade que engloba investimentos realizados, seja aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, despesas de manutenção ou correção de distorções ambientais do exercício, obrigações contraídas em favor do meio ambiente, inclusive medidas físicas, qualitativas e quantitativas alocadas na recuperação e preservação.

Dentre os processos de contabilização, a valorização do meio ambiente é um dos mais criteriosos. Muitas vezes não se tem um valor monetário exato, por se tratar de bens ou serviços que não têm preço ou de difícil mensuração. Assim, reside alguma incerteza nos valores da contabilidade voltada para o meio ambiente.

A contabilidade ambiental é de suma importância para que se possa analisar a valoração dos recursos naturais. Para Queiroz, Silva, Montenegro, Braga, Pinho, Sousa, Machado, Holanda, Santos (2007, p.04) ela pode ser abordada sob 3 tipos de enfoque. São eles: **econômico** no aspecto microeconômico, informando efeitos através da procura dos seus produtos, do valor dos dividendos a serem pagos e custos ambientais; no macroeconômico, efeitos no cálculo do PIB e outros indicadores econômicos; sócio-empresarial apresenta à comunidade/sociedade o resultado das ações preservação do meio ambiente. **Comportamental** que identifica o efeito produzido nos diversos usuários, sobre as políticas adotadas e informações contábeis fornecidas pelas empresas, em que respostas a tais perguntas serão fundamentais para a tomada de decisões. **Legal** exerce um controle sobre o uso de recursos naturais.

Segundo Ferreira (2003, p. 59), “o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental”.

Portanto, a contabilidade focada no meio ambiente, pode ser de grande utilidade no processo de comunicação entre entidades e sociedade no que se refere à defesa do meio ambiente. Primeiro, identificando e fornecendo subsídio informacional para controlar impactos ambientais, segundo fortalecendo a imagem de uma empresa socialmente

responsável, fornecendo um conjunto de informações confiáveis para o público externo da sociedade sobre o meio ambiente.

Diante da importância que tem o setor ambiental dentro das organizações, torna-se necessário divulgar as práticas que são realizadas na busca do desenvolvimento sustentável. Existem diferentes maneiras de evidenciar os ativos das empresas, pode ser feito de forma numérica ou textual, porém ambos contribuem para a divulgação das riquezas que possuem e são de suma importância para caracterizar as organizações.

## **2.4 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL**

Evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza e que evidente é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente... Talvez pudéssemos unir essas conceituações e dizer que evidenciação significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado (AQUINO e SANTANA, 1992, p. 1, grifo nosso).

De acordo com a AICPA – American Institute of Certified Public Accountants (1961 apud IUDÍCIBUS, 2000, p. 117), as informações contábeis devem evidenciar informações relevantes, sem exageros que poderiam ofuscar e confundir quem estivesse analisando-as.

Segundo Paiva (2003, p.55):

[...] cabe à Contabilidade o papel de reportar as atividades da empresa por meio dos demonstrativos publicados, relatando inclusive os principais fatos não evidenciáveis nos demonstrativos tradicionais. Para tal, pode lançar mão de veículos de comunicação, como notas explicativas, relatório da administração, ou fazer uso de recursos, como gráficos, tabelas e outros instrumentos que se fizerem necessários [...].

Apesar da possibilidade de divulgação das informações qualitativas, é necessário que elas sejam feitas de maneira apropriada, para não sobrecarregar com informações subjetivas ou que prejudiquem a evidenciação.

No Brasil a divulgação de eventos ambientais ainda é pouco difundida entre as empresas e pelos profissionais da área contábil. Nos últimos anos o meio acadêmico tem efetuado pesquisas e divulgação de textos nos meios de comunicação para que se crie a cultura de controle e manutenção meio ambiente.

Recentemente, em 2004, uma tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina, escrito por Elisete Dahmer Pfitscher, desenvolveu o SICOGEA (Sistema Contábil

Gerencial Ambiental) com o objetivo de aprimorar e valorizar as práticas ambientais, mostrando os impactos e suas conseqüências para a administração.

Existe também uma estrutura formal de Demonstração para o Meio Ambiente, esta segue a mesma linha dos relatórios já emitidos pela contabilidade tradicional: Balanço Patrimonial Meio Ambiente, Demonstração do Resultado do Exercício Meio Ambiente e assim sucessivamente. É possível, portanto, realizar alguns registros ambientais na forma tradicional da contabilidade, obedecendo aos requisitos do Ativo (este agora com nova conta: “Ativos Intangíveis” protegida pela lei 11638/07), Passivo, PL, receita e despesa, porém estes lançamentos acabam se misturando e não sendo identificados dentro dos relatórios, visto que raras são as organizações que produzem as Demonstrações Contábeis Ambientais separadamente.

Para Queiroz, Silva, Montenegro, Braga, Pinho, Sousa, Machado, Holanda, Santos (2007, p. 71), atualmente, utiliza-se a divulgação de demonstrativos, em que as informações ambientais estão contempladas dentro das informações financeiras, sem qualquer distinção. No entanto, tal procedimento não atende à compreensibilidade do usuário, já que não haveria como os usuários identificarem as que se referem às questões ambientais, nem tampouco permite que se faça a avaliação da eficiência da gestão ambiental implantada na empresa.

Ainda complementam que desta forma, os demonstrativos financeiros elaborados de acordo com a legislação vigente não atendem aos usuários das informações ambientais. Faz-se necessária, portanto, a utilização de um demonstrativo complementar, cujo foco seja ambiental.

Segundo Iudícibus (1998, p. 121), a evidenciação deve “apresentar informação qualitativa e quantitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário”.

As evidenciações são necessárias e existem diferentes maneiras de fazê-las. Informações entre parênteses, notas de rodapé, quadros e demonstrativos suplementares são formas de evidenciação das informações contábeis. Entretanto, estes métodos devem ser instrumentos de complementação às demonstrações contábeis, que devem mostrar as maiores informações a respeito da empresa.

Portanto, as principais formas de evidenciação das informações contábeis são: O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das

Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, as Notas Explicativas, o Parecer da Auditoria e o Relatório da Administração.

Este último é tratado também como Relatório de Sustentabilidade ou Relatório de Responsabilidade Social corporativa e segundo Claudia Izique, tem o objetivo de ajudar a empresa a descrever o desempenho econômico e os impactos ambientais e sociais de sua atuação, registrando os resultados obtidos pela empresa dentro de um determinado período, no contexto dos compromissos, das estratégias e da forma de gestão.



### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Esta pesquisa objetiva identificar a evidenciação das práticas ambientais evidenciados nos sites e Relatórios de Sustentabilidade nos Sites das 20 maiores (em se tratando de Patrimônio Líquido no ano de 2006, segundo a edição anual “Valor 1000”) empresas brasileiras de Papel e Celulose. Essa investigação foi examinada sob 4 (quatro) perspectivas. Primeiramente, verificou-se a existência de divulgação nos Relatórios de Sustentabilidade. Na segunda perspectiva, verificou-se a existência de divulgação nos Sites das empresas. Após a investigação individualizada da evidenciação das práticas ambientais no RS e no site a terceira perspectiva apresenta o cotejamento das informações coletadas nessas duas fontes. Finalmente, a quarta perspectiva apresenta um breve estudo individual das empresas selecionadas.

#### **3.1 ANÁLISE REALIZADA NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

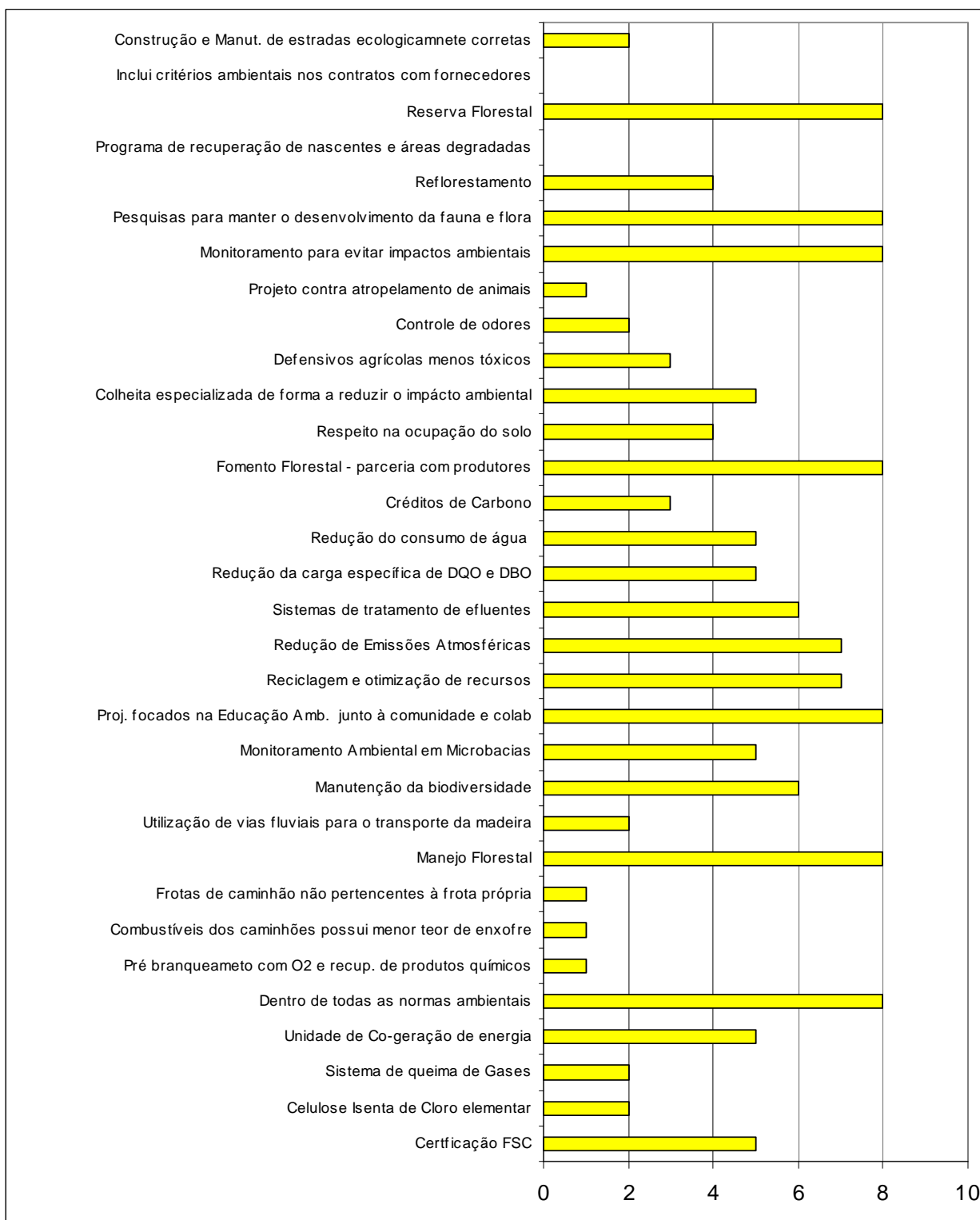
As práticas ambientais desenvolvidas pelas empresas selecionadas foram examinadas nos Relatórios de Sustentabilidade, por meio da análise de conteúdo – tendo como unidade de medida a sentenças – e quando da existência sinalizada na Tabela 1. A Tabela 2 exhibe as práticas encontradas na análise do conteúdo dos RS das 20 empresas da amostra. Na seqüência é reproduzido alguns excertos, extraídos dos Relatórios de Sustentabilidade com vistas a demonstrar a evidenciação feita por essas empresas.

Tabela 2: Evidenciação das Empresas nos Relatórios de Sustentabilidade

	Vot.	Arac.	Klab.	Ver.	Rip.	Gen.	Rig.	I.P.	Ors.	N.P.	Trom.	Ada.	Iran.	San.	Penh.	Mili.	Melh.	Rubi.	SPP	J.C														
Certificação FSC					site em construção		não responderam email	respondeu e-mail - não possui relatório de sustentabilidade		site em inglês	não responderam email	não responderam email	não responderam email	respondeu e-mail - não possui relatório de sustentabilidade	não responderam email	não responderam email	não responderam email	não responderam email	não responderam email															
Celulose Isenta de Cloro elementar																																		
Sistema de queima de Gases																																		
Unidade de Co-geração de energia																																		
Dentro de todas as normas ambientais																																		
Pré branqueamento com O2 e recuperação de produtos químicos																																		
Combustíveis dos caminhões possui menor teor de enxofre																																		
Utilização de frotas de caminhão não pertencentes à frota própria																																		
Manejo Florestal																																		
Utilização de vias fluviais para o transporte da madeira																																		
Manutenção da biodiversidade																																		
Monitoramento Ambiental em Microbacias																																		
Projetos focados na Educação Ambiental junto à comunidade e																																		
Reciclagem e otimização de recursos																																		
Redução de Emissões Atmosféricas																																		
Sistemas de tratamento de efluentes																																		
Redução da carga específica de DQO e DBO																																		
Redução do consumo de água																																		
Créditos de Carbono																																		
Fomento Florestal - parceria com produtores																																		
Respeito na ocupação do solo																																		
Colheita especializada de forma a reduzir o impacto ambiental																																		
Defensivos agrícolas menos tóxicos																																		
Controle de odores																																		
Projeto contra atropelamento de animais																																		
Monitoramento para evitar impactos ambientais																																		
Pesquisas para manter o desenvolvimento da fauna e flora																																		
Reflorestamento																																		
Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas																																		
Reserva Florestal																																		
Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores																																		
Construção e Manut. de estradas ecológicas corretas																																		

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 2, foram destacadas as práticas ambientais que constam nos Relatórios de Sustentabilidade de cada empresa analisada. O gráfico 1 tem como finalidade, facilitar a interpretação da Tabela 2, pois fica mais fácil identificar quais são práticas mais utilizadas pelas organizações em análise.



**Gráfico 1: Evidenciação das práticas socioambientais nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas**

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em linhas gerais, verifica-se que as práticas mais evidenciadas são “reserva florestal”, “pesquisas para manter o desenvolvimento da fauna e da flora”, “monitoramento para evitar impactos ambientais”, “fomento florestal”, “manejo florestal”, e “estar dentro das normas ambientais” já as práticas menos evidenciadas são “projeto contra atropelamento de animais”, “utilização de frota de caminhão não pertencente a frota própria”, “combustíveis dos caminhões produz menor teor de enxofre”, e “pré branqueamento com O<sub>2</sub> e recuperação de produtos químicos”. Observa-se que as práticas “inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores” e “programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas” não foram evidenciadas por nenhuma empresa em seu Relatório de Sustentabilidade.

Frente à limitação encontrada e na busca de localizar os relatórios não disponibilizados nos sites das empresas, foi enviado e-mail para todos os contatos indicados nas páginas da web de cada organização. Foi obtido retorno de apenas três empresas, que informaram não possuir este tipo de documento (**Apêndice A**). O restante, que teve um tempo hábil de mais de dois meses, não respondeu e por isso os RS destas organizações foram considerados como inexistentes.

Diante da pesquisa realizada, verificou-se então que das vinte empresas analisadas, apenas oito possuíam o Relatório de Sustentabilidade. Infelizmente, no Brasil, a elaboração deste tipo de Demonstração, ainda é pouco utilizada. A decisão de não elaborar o RS, pode se dar por diversos motivos, entre eles pode-se citar o custo/benefício de expor estas informações, a necessidade de manter sigilo sobre certos aspectos comerciais ou estratégicos, a não obrigatoriedade, a não contemplação dos requisitos solicitados na Lei nº 6.404/76, ou até mesmo falta de conhecimento, habilidade ou estrutura para elaboração deste documento.

Entretanto, aqueles que o fazem, podem trazer muitos benefícios para a organização, pois contemplam informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado, o fluxo financeiro, as práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, valores adotados, enfim, reúnem condições de entendimento para uma gama bem maior de usuários, trazendo informações sobre o passado, presente e futuro da empresa.

De certo modo, os relatórios examinados possuíam o mesmo formato. Todas as empresas utilizaram ilustrações comoventes, de maneira harmoniosa e colorida, usufruíram muitas vezes de termos técnicos e esclareceram detalhadamente os procedimentos executados e os objetivos alcançados e traçados. Certamente, esta forma de apresentação é utilizada também para fins publicitários, com a finalidade de divulgar as empresas da melhor maneira possível, já que este é um importante documento informativo aos diversos usuários,

principalmente acionistas e futuros investidores. Para visualizar esta explicação, a Figura 4 mostra algumas páginas do Relatório de Sustentabilidade 2006 da empresa Klabin.



**Figura 4: Relatório de Sustentabilidade 2006 da empresa Klabin**  
 Fonte: KLABIN, Relatório de Sustentabilidade de 2006, p.25 a 34

Ao analisar as empresas que possuem o tão “valioso” documento, verificou-se que de todas as práticas encontradas, 18,15% foram citadas em todas as empresas em questão. São elas: “Manejo Florestal”, “Fomento Florestal”, “Estar dentro de todas as Normas Ambientais”, “Reserva Florestal”, “Projetos focados na Educação Ambiental” e “Pesquisas para manter o Desenvolvimento da Fauna e da Flora”. Para ilustrar esta constatação, reproduzem, a seguir, alguns exemplos de divulgação dessas práticas. Para facilitar o

acompanhamento do processo de identificação das práticas, nos excertos abaixo, as indicações explícitas e implícitas são salientadas em negrito:

Esses estudos têm permitido à Empresa conhecer melhor a biodiversidade nas suas áreas de atuação; se as práticas de manejo adotadas são sustentáveis; se a distribuição e a qualidade das áreas de preservação são suficientes para o equilíbrio ambiental local e se existem ambientes especiais a serem protegidos ou conservados. Além disso, oferecem o embasamento necessário ao contínuo aprimoramento do sistema de **manejo** da Empresa. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ARACRUZ, 2006, p.49).

“Em nosso projeto de crescimento também buscamos a colaboração de produtores rurais, que participam de um programa de **fomento florestal**. Desde o início da iniciativa, em 1984, distribuímos 109 milhões de mudas de pínus e eucalipto, para o plantio de aproximadamente 60 mil hectares de florestas. Essa é uma forma de auxiliar na ampliação de renda e fixação do homem no campo, além de recuperar áreas com cobertura florestal.” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE KLABIN 2006 p.16\_).

Também **cumpr integralmente a legislação ambiental** em vigor e estabelece diálogo transparente e pró-ativo com os órgãos ambientais brasileiros e as ONGs vinculadas ao tema. Por meio de rigoroso acompanhamento, a companhia garante a segurança necessária para que sua atuação previna impactos ambientais, o que a leva a ter um dos melhores desempenhos ambientais do mundo em produção de celulose. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE VERACEL, 2006, p.45).

Apresentam-se como eventos consolidados a Semana de Meio Ambiente, o Dia da Árvore e o Dia do Rio, celebrados com **ações educativas, que envolvem colaboradores, comunidade e escolas de entorno do parque fabril**, nas unidades de Vargem Bonita-SC. A IRANI mantém grupos de colaboradores responsáveis por disseminar noções gerais de preservação do meio ambiente, além de informações sobre coleta seletiva, com o intuito de conscientizar todos os colaboradores sobre a importância de ações ambientalmente corretas. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE IRANI, 2006, p 35).

Após estudar todas as práticas citadas nos relatórios, verificou-se também que algumas são específicas da organização, como por exemplo, a “utilização de vias fluviais para o transporte de madeira”. Tal prática depende da localização geográfica de cada empresa. Outras, entretanto, são realmente inovadoras, como o “programa que previne o atropelamento de animais” citado pela empresa Cenibra e o “combustível menos poluente utilizado na frota de caminhões” da Votorantim.

De maneira geral, os relatórios são extensos e possuem em média 65 páginas. A maioria com tradução para o Inglês. Nestas páginas foram encontradas informações como a visão estratégica, apresentação, perspectivas, desempenho, investimentos, estruturas, premiações, entre outros; enfim, os itens que devem compor um RS. Devido ao fato das empresas analisadas explorarem intensamente o meio ambiente para extração e produção de matéria prima, são consideráveis as páginas destinadas às práticas ambientais adotadas.

Muitas das práticas são obrigatórias em virtude das leis, outras, contudo, são expostas com orgulho, como uma espécie de *plus* a fim de valorizar a imagem da organização.

Curiosamente, e seguindo o mesmo raciocínio acima, foi verificado que apenas três dos relatórios possuíam um item que constatava claramente as multas, ações judiciais ou ocorrências ambientais sofridas pela empresa. Certamente, logo após estas descrições, eram informadas as atitudes tomadas para solucionar o problema, assim como o valor desembolsado. As empresas citadas são a Votorantim, Veracel e Aracruz. Segue um trecho para ilustração: “A unidade recebeu um auto de infração no valor de R\$ 30 mil, lavrado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), referente ao lançamento na atmosfera de material particulado além dos limites da propriedade da Empresa e ocorrência de odor e ruído com forte percepção pela comunidade. A Empresa efetuou o pagamento correspondente e apresentou relatório técnico relativo aos eventos ocorridos.” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ARACRUZ, 2006, p.56).

Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que os RS, apesar de não serem muito comuns nas empresas do ramo de papel e celulose (visto que apenas 40% possuíam), são de fácil acesso dentro dos sites de cada organização, abrangem informações detalhadas, e buscam realmente apresentar informações passadas, traçando uma perspectiva futura, sempre de maneira positiva a fim de conquistar principalmente acionistas e investidores.

### **3.2 ANÁLISE REALIZADA NOS SITES DE DIVULGAÇÃO**

O mesmo procedimento utilizado na análise da evidenciação do RS é aqui desenvolvido, quando da análise do sites das empresas. O resultado da investigação no site das empresas é apresentado na Tabela 3.

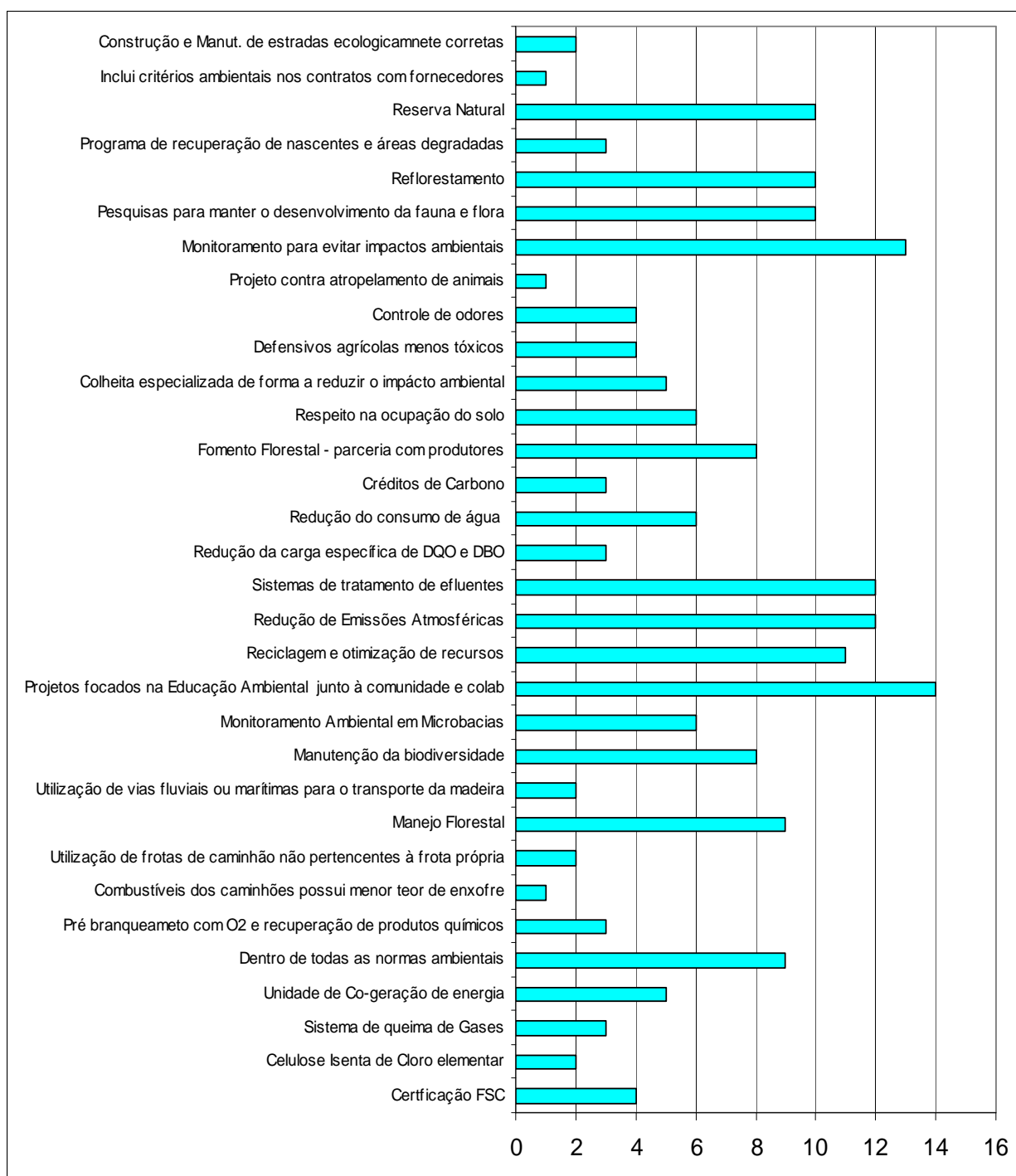
Tabela 3: Evidenciação das Empresas nos Site

	Vot.	Arac.	Klab.	Ver.	Rip.	Gen.	Rig.	I.P.	Ors.	N.P.	Trom.	Ada.	Iran.	San.	Penh.	Mili.	Melh.	Rubi.	SPP	J.C.								
Certificação FSC					site em construção					site em inglês					não específica práticas ambientais no site	não específica práticas ambientais no site												
Celulose Isenta de Cloro elementar																												
Sistema de queima de Gases																												
Unidade de Co-geração de energia																												
Dentro de todas as normas ambientais																												
Pré branqueamento com O2 e recuperação de produtos químicos																												
Combustíveis dos caminhões possui menor teor de enxofre																												
Utilização de frotas de caminhão não pertencentes à frota própria																												
Manejo Florestal																												
Utilização de vias fluviais ou marítimas para o transporte da madeira																												
Manutenção da biodiversidade																												
Monitoramento Ambiental em Microbacias																												
Projetos focados na Educação Ambiental junto à comunidade e																												
Reciclagem e otimização de recursos																												
Redução de Emissões Atmosféricas																												
Sistemas de tratamento de efluentes																												
Redução da carga específica de DQO e DBO																												
Redução do consumo de água																												
Créditos de Carbono																												
Fomento Florestal - parceria com produtores																												
Respeito na ocupação do solo																												
Colheita especializada de forma a reduzir o impacto ambiental																												
Defensivos agrícolas menos tóxicos																												
Controle de odores																												
Projeto contra atropelamento de animais																												
Monitoramento para evitar impactos ambientais																												
Pesquisas para manter o desenvolvimento da fauna e flora																												
Reflorestamento																												
Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas																												
Reserva Natural																												
Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores																												
Construção e Manut. de estradas ecologicamente corretas																												

Fontes: Dados da Pesquisa.



A pesquisa realizada nos sites das empresas apresentou um resultado bem diferente dos resultados encontrados quando da análise nos Relatórios de Sustentabilidade. Verifica-se que apenas 4 (quatro) empresas não apresentam informações sobre as práticas ambientais no site. Adicionalmente que todas as empresas evidenciam no site as práticas sócio ambientais formuladas nesta pesquisa (Tabela 1), conforme pode-se constatar no Gráfico 2 .



**Gráfico 2: Evidenciação das práticas sócio ambientais no Site das Empresas**

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme já mencionado na subseção acima (3.1 - Análise Realizada nos Relatórios de Sustentabilidade) poucas foram as empresas que possuíam os Relatórios de Sustentabilidade. Comportamento esse contrário ao constatado nos sites das empresas, em que a grande maioria cita as práticas ambientais realizadas.

A prática ambiental mais representativa na análise dos sites da amostra foi: “projetos focados na educação ambiental junto à comunidade e colaboradores” e a empresa que mais se destacou, citando 24 práticas, foi a Aracruz.

Seguem alguns trechos retirados dos sites, que evidenciam as práticas efetuadas na busca do Desenvolvimento Sustentável:

O Projeto de **educação ambiental** Escola de Vida tem como objetivo disseminar a consciência ambiental e a valorização da natureza. Desenvolvido desde 1996, o Projeto consiste na capacitação de professores de 1ª a 4ª séries das escolas localizadas nos municípios de atuação da CENIBRA, ao longo de um ano, por meio da discussão e desenvolvimento de conceitos sobre o meio ambiente e métodos de sensibilização e divulgação junto aos estudantes. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE CENIBRA 2006, p. 19).

Na área de logística, privilegia a **adoção de vias fluviais** para o transporte de madeira e de modais ferroviários para o escoamento de celulose e papel ao Porto de Santos, além de **usar combustíveis com menor teor de enxofre na frota de caminhões**. A utilização da hidrovia Tietê-Paraná foi iniciada em setembro de 2005, para o transporte da madeira coletada em Três Lagoas (MS) até a unidade Jacareí (SP) e permitiu reduzir de 90 para 35 o total de caminhões envolvidos na operação. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE VOTORANTIM 2006 p. 47)

A Klabin foi a primeira empresa brasileira a integrar o CCX (Chicago Climate Exchange), bolsa internacional de intercâmbio de **créditos de carbono**. A empresa tornou-se membro pleno do CCX em junho de 2005. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE KLABIN 2006, p.54).

Realizamos a **colheita** de forma totalmente mecanizada e cercada de cuidados para **minimizar os impactos sobre o ambiente**. O corte das árvores é feito por máquinas *harvesters* e o transporte no interior dos talhões executado com *forwarders*. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE VERACEL 2006, p.50).

Curiosamente, o item que mais apareceu nas empresas analisadas, foi a preocupação com “Projetos focados na educação ambiental junto à comunidade e colaboradores”, seguido do “Monitoramento para evitar impactos ambientais” que só não foi citado pela empresa Melhoramentos. Em contrapartida a “utilização dos combustíveis dos caminhões com menos teor de enxofre” e o “programa de atropelamento de animais”, foram práticas citadas somente uma vez.

De maneira geral, foi fácil localizar estas informações nos sites. A maioria das empresas possui um item exclusivo que trata somente do meio ambiente, além de ilustrações na página inicial, que valorizam a preservação ambiental.

Observe-se, que a divulgação das práticas diminui proporcionalmente à colocação das empresas no *ranking*. Uma das razões para isto ocorrer é o fato de algumas não trabalharem diretamente com a produção de matéria prima, somente na transformação, não realizando o processo produtivo completo. De fato as leis ambientais para estas organizações que compram ao invés de produzir matéria-prima, acabam sendo menores, não havendo portanto a necessidade de divulgar e realizar práticas que fogem de suas responsabilidades. Certamente, pela lei, estas empresas têm suas responsabilidades ambientais reduzidas, porém não as impede de irem além e não só realizar, como também divulgar tudo aquilo que praticam para manter a preservação do meio ambiente. Desta forma além de melhorarem sua imagem, incentivam a comunidade e todas as outras empresas, livre ou não de leis ambientais específicas.

Mantendo ainda o mesmo raciocínio, as organizações que adquirem matéria-prima poderiam também avaliar seus fornecedores medindo suas responsabilidades ambientais e divulgando este critério, o que indiretamente afetará a concorrência, além de influenciar a população para seguirem o mesmo critério quando na aquisição de produtos e/ou serviços.

Infelizmente esta pesquisa teve como uma limitação algumas empresas que não seguiram este pensamento e divulgaram práticas de maneira genérica e pouco detalhada, ou seja, insuficientes para alimentar a tabela montada. São elas: Mili, Penha, Rubi e SPP Agraprint, pertencentes respectivamente às seguintes colocações no ranking: 15º, 16º, 18º e 19º . Para exemplificar, segue abaixo o único trecho da empresa Mili que fala sobre meio ambiente: “A Mili preocupa-se com seu papel junto à sociedade e desenvolve uma série de iniciativas dentro do conceito de Responsabilidade Social. As ações envolvem, principalmente, a preservação do meio ambiente”.

Apesar desta limitação e de outras duas encontradas na empresa Ripasa cujo site estava em construção e na International Paper que o site estava escrito em Inglês, de maneira geral a pesquisa foi muito tranquila, de fácil visualização das informações e fácil compreensão. A linguagem utilizada também era simples e enriquecida visualmente com as ilustrações.

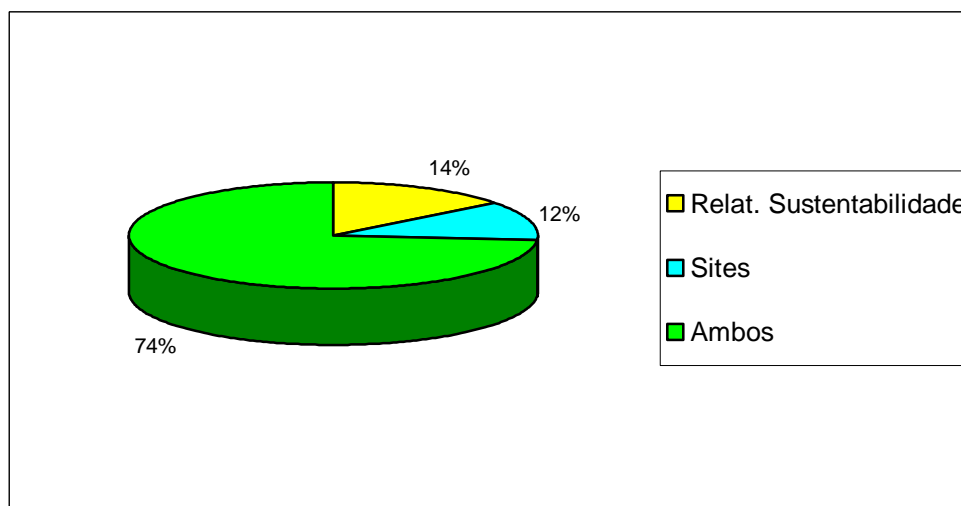
### **3.3 COTEJAMENTO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NOS SITES DE DIVULGAÇÃO E NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Considerando que a divulgação das práticas sociais configura-se como atitude fundamental no que tange a transparência de ações e ao comprometimento para com seus acionistas e investidores; e, considerando-se que o RS e o site configuram-se como canais diretos de comunicação com acionistas e investidores, nada mais natural do que a convergência de informações divulgadas nessas duas fontes.

Tabela 4: Cotejamento das Informações Coletadas nos Sites de Divulgação e nos Relatórios de Sustentabilidade

	Vot.	Arac.	Klab.	Ver.	Gen.	Ors.	Iran.	J.C.
Certificação FSC								
Celulose Isenta de Cloro elementar								
Sistema de queima de Gases								
Unidade de Co-geração de energia								
Dentro de todas as normas ambientais								
Pré branqueamento com O2 e recuperação de produtos químicos								
Combustíveis dos caminhões possui menor teor de enxofre								
Utilização de frotas de caminhão não pertencentes à frota própria								
Manejo Florestal								
Utilização de vias fluviais ou marítimas para o transporte da madeira								
Manutenção da biodiversidade								
Monitoramento Ambiental em Microbacias								
Projetos focados na Educação Ambiental junto à comunidade e								
Reciclagem e otimização de recursos								
Redução de Emissões Atmosféricas								
Sistemas de tratamento de efluentes								
Redução da carga específica de DQO e DBO								
Redução do consumo de água								
Créditos de Carbono								
Fomento Florestal - parceria com produtores								
Respeito na ocupação do solo								
Colheita especializada de forma a reduzir o impacto ambiental								
Defensivos agrícolas menos tóxicos								
Controle de odores								
Projeto contra atropelamento de animais								
Monitoramento para evitar impactos ambientais								
Pesquisas para manter o desenvolvimento da fauna e flora								
Reflorestamento								
Programa de recuperação de nascentes e áreas degradadas								
Reserva Natural								
Inclui critérios ambientais nos contratos com fornecedores								
Construção e Manut. de estradas ecologicamente corretas								

Fonte: Dados da Pesquisa.



**Gráfico 3: Percentual das Divulgações realizadas nos Sites, nos RS e em ambos.**

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Tabela 4, foi feito um cotejo das informações, ou seja, as práticas citadas tanto nos sites quanto nos Relatórios de Sustentabilidade, estão evidenciadas na cor verde, já aquelas que aparecem somente nos sites permanecem em azul, e em amarelo à dos Relatórios.

As práticas “reserva natural”, “monitoramento para evitar impactos ambientais”, “redução de emissões atmosféricas” e “projetos focados na educação ambiental junto a comunidade e colaboradores”, tiveram destaque pois foram citadas tanto nos sites como nos RS das oito empresas estudadas.

Com o auxílio do Gráfico 3, é fácil notar que de todas as práticas citadas, 74% aparecem em ambos os documentos analisados, seguido de 14% mencionadas somente nos Relatórios de Sustentabilidade e 12% apenas nos sites estudados.

Este resultado evidencia que a maioria das empresas pesquisadas, preocupa-se em divulgar suas ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável em ambos os meios de comunicação estudados. Ou seja, informar seus clientes e o público em geral através de seus sites, é tão importante quanto divulgar a mesma informação para aqueles que com outros objetivos, necessitam de informações mais detalhadas como os acionistas, investidores e até mesmo especuladores.

Curiosamente, a pesquisa apresentou um percentual semelhante das informações encontradas somente nos sites com aquelas divulgadas nos Relatórios. A diferença de apenas 2% não era esperada. Tal expectativa da-se ao fato dos RS serem teoricamente muito mais detalhados que as descrições encontradas nos sites. Tal detalhamento é inevitável, visto que o objetivo principal deste documento é informar minuciosamente todas as medidas tomadas

para o desenvolvimento sustentável da organização, assim como seus objetivos, valores e metas futuras.

Este fato pode ser atribuído à empresa Aracruz que distorceu o resultado da pesquisa, indicando 8 das 21 práticas divulgadas somente nos sites, o que representa 38,09%. Se excluída a Aracruz do estudo, o resultado seria diferente: 75% em ambos, 17% em relatórios e 8% em sites. Estes novos números estariam de acordo com o raciocínio lógico explicado acima. No tópico seguinte, é realizado um estudo individual do resultado de cada empresa pesquisada.

Analisando ainda o resultado geral, pode-se dizer que conforme a empresa diminui sua colocação no *ranking*, menores são os investimentos focados na preservação ambiental, o que afeta proporcionalmente a apresentação dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade, assim como as práticas ambientais como um todo. A organização por ser menor, deve ter uma produção reduzida, assim como a exploração que necessita para obter suas matérias primas no meio ambiente. Conseqüentemente a degradação que causa também é inferior, logo, as medidas que devem ser tomadas para garantir a sustentabilidade acabam seguindo a mesma lógica, o que explica de certa forma a diminuição das práticas se comparadas com as empresas que ocupam as primeiras colocações no *ranking*.

Diante da atual situação mundial, no que se refere ao meio ambiente, existe uma grande conscientização da população, ou seja, frente às diversas campanhas, estudos, inúmeros alertas e até mesmo sob leis criadas a favor do meio ambiente, o perfil, não somente de empresários, mas também de clientes, investidores e consumidores, vem mudando ao longo dos anos. Nota-se que quanto mais as organizações investem nessas práticas ambientais, mais valor se dá a elas, pois garantem a possibilidade de desenvolvimento para as gerações futuras. E é exatamente seguindo este raciocínio que pode-se justificar o resultado desta pesquisa, em que a grande maioria das empresas estudadas dá preferência por evidenciar as práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental através de dois importantes canais de divulgação, que são acessíveis por todo o público que se relacionam, como fornecedores, clientes, comunidade, investidores, acionistas, colaboradores, e especuladores.

A partir do resultado geral observado, é feito um breve estudo individual das empresas aqui analisadas.

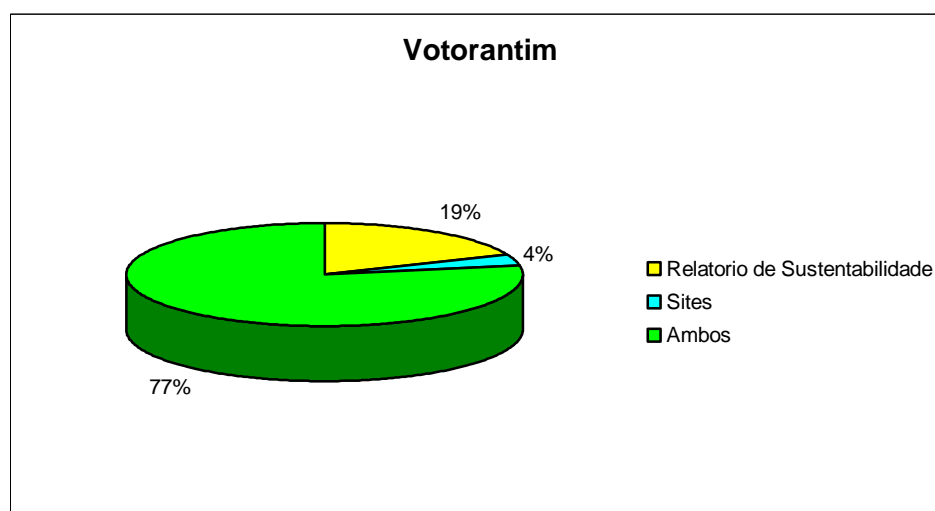
### **3.4 ANÁLISE POR EMPRESA**

Este estudo individual irá apresentar a frequência de evidenciação de cada empresa com relação às fontes investigadas: o RS e o site.



### 3.4.1 Votorantim

A Votorantim, recebendo o destaque da primeira colocação, segundo o *ranking* da edição anual “Valor 1000”, publicada pelo jornal Valor Econômico em Agosto de 2007, apresentou números favoráveis na análise realizada individualmente.



**Gráfico 4: Freqüência de evidênciação da empresa Votorantim com relação as Fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

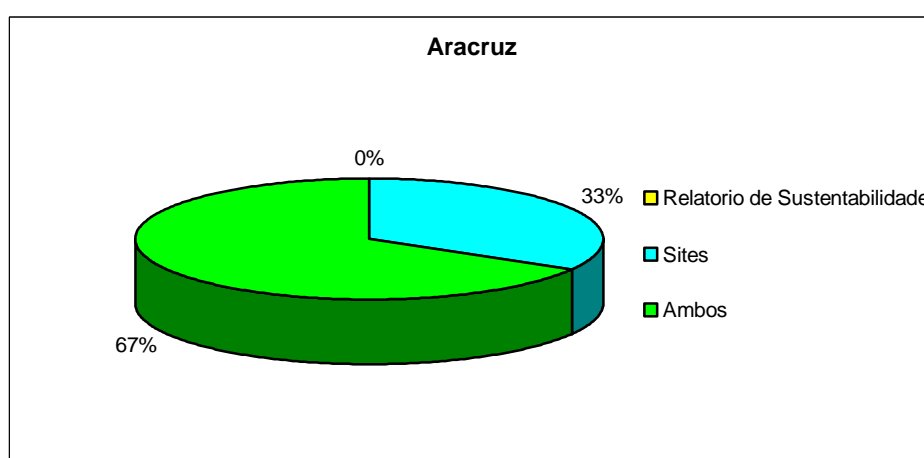
Das práticas que realiza, 77% são evidenciadas nos sites e nos RS; enquanto 19% somente nos relatórios; e, apenas 4% nos sites. Estes números seguem o raciocínio lógico já apresentado, ou seja, divulgar de maneira igualitária as informações em ambos os meios de comunicação, porém cabe ao RS desenvolver uma descrição mais detalhada, o que aumenta seu percentual no resultado final.

A Votorantim Celulose e Papel, uma das líderes do setor de Celulose e Papel do Brasil, é hoje o terceiro maior empreendimento do Grupo Votorantim, um dos maiores complexos industriais privados da América Latina. A produção é desenvolvida em quatro fábricas instaladas no Estado de São Paulo: Jacareí e Luiz Antônio (produção integrada de celulose e papel), Piracicaba e Mogi das Cruzes (papéis de valor agregado). A capacidade é de 1,4 milhão de toneladas de celulose e 635 mil toneladas de papéis – imprimir e escrever, cut size, couché, térmicos, autocopiativos e outros.

Com investimentos expressivos em pesquisa para o melhoramento genético do eucalipto e a expansão de sua base florestal, a VCP consolida sua posição como uma das mais destacadas empresas no competitivo mercado de Celulose e Papel, que além de ser uma importante fonte de divisas, possui importância estratégica para as ambições de crescimento do Brasil. (<http://www.vcp.com.br/Institucional/Empresa/default.htm>)

### 3.4.2 Aracruz

A Aracruz Celulose apresentou um resultado bem atípico, em que 67% das práticas foram divulgadas em ambos os meios analisados, e 33% evidenciadas somente nos sites, conforme Gráfico 5. A este resultado pode-se atribuir diversos motivos, como a valorização das informações apresentadas nos sites, não preocupação em mostrar as iniciativas voltadas para o desenvolvimento ambiental no Relatório de Sustentabilidade, falhas na elaboração do Relatório, entre outras. Porém, analisando os dois documentos de maneira aprofundada, passasse a entender um pouco melhor o resultado da pesquisa.



**Gráfico 5: Frequência de evidenciação da empresa Aracruz com relação as fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Aracruz Celulose é uma empresa brasileira, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Responde por 24% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado.

Suas operações florestais alcançam os Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com mais de 286 mil hectares de plantios renováveis de eucalipto, intercalados com cerca de 170 mil hectares de reservas nativas, que são fundamentais para assegurar o equilíbrio do ecossistema.” ([www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br))

A empresa em questão atribui grande valor aos ativos intangíveis que possui, o que invalida a idéia de que esta organização não possui a preocupação em evidenciar todas as iniciativas voltadas para este foco. Segue um trecho retirado do próprio RS da Aracruz: “A Aracruz considera a diferenciação conferida pelos seus ativos intangíveis um crescente fator de competitividade. O resultado dessa percepção positiva é, em parte, traduzido pelo fato de o

mercado de capitais atribuir à Aracruz um valor (US\$ 6,3 bilhões) quase três vezes superior ao seu valor patrimonial (US\$ 2,2 bilhões).”.

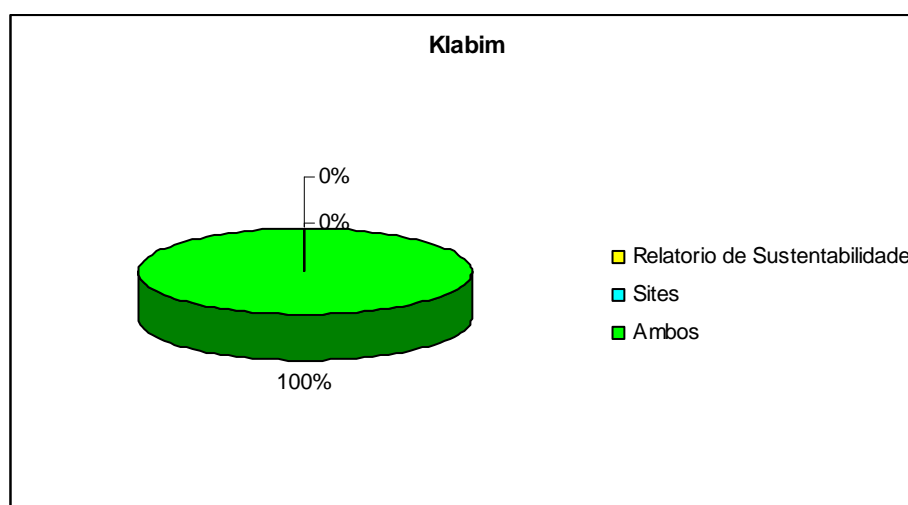
Outro fator importante que justifica os números da pesquisa é o fato da Aracruz ter aparecido negativamente na mídia no ano de 2006, com notícias que envolviam movimentos que demandavam suas terras. Movimentos muitas vezes radicais, intensos e violentos. Como medida, a empresa buscou intensificar sua publicidade positivamente: “Como parte da estratégia de comunicação, a Empresa buscou aumentar o nível de conhecimento de seus diversos públicos, por meio de publicidade e de um esforço redobrado de informação à imprensa e a outros formadores de opinião.”. Acredita-se que nestas medidas incluam-se as divulgações de novas praticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, até então não apresentadas em seu site.

E finalmente uma razão justificável não somente na Aracruz, mas em todas as empresas analisadas é a atualização destes documentos analisados. Os Relatórios Anuais de Sustentabilidade são elaborados e não mais modificados, ao contrário dos sites que podem ser atualizados diariamente, e, portanto, possuírem informações não citadas até o presente momento em seus respectivos Relatórios Anuais.

### 3.4.3 Klabin

A Klabin foi a única empresa a obter um resultado em que 100% das práticas ambientais foram divulgadas em ambos documentos estudados, conforme Gráfico 6.

Este resultado é extremamente positivo, pois demonstra possuir a mesma preocupação com os diversos públicos os quais se relaciona, além de manter uma importante coerência nas informações apresentadas.



**Gráfico 6: Frequência de evidência da empresa Klabin com relação as fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

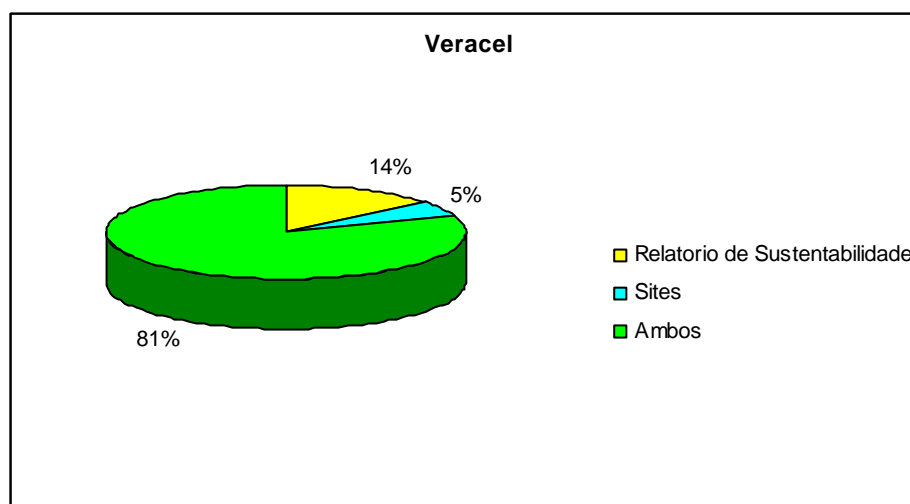
Este resultado serve como exemplo a ser seguido por todas as organizações que utilizam os Relatórios de Sustentabilidade, pois desta forma é possível transmitir a mesma informação, porém de maneiras diferentes a todos os interessados em conhecer as diversas práticas desenvolvidas pela empresa. Este fato pode ser apenas uma das justificativas que faz com que a Klabin seja uma das líderes no mercado Brasileiro.

A Klabin é a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil. Líder nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, também produz e comercializa madeira em toras.

Fundada em 1899, possui atualmente 17 unidades industriais no Brasil - distribuídas por oito estados - e uma na Argentina. (<http://www.klabin.com.br/pt-br/klabin/default.aspx>)

### 3.4.4 Veracel

A Veracel apresentou um resultado muito parecido com a Votorantim, onde há a predominância nas divulgações em ambos (81%), seguido das práticas evidenciadas apenas nos RS (14%) e posteriormente as divulgadas somente nos sites (5%).



**Gráfico 7: Frequência de evidência da empresa Veracel com relação as fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

Este resultado confirma o pensamento que segue a lógica encontrada no estudo realizado, ou seja, a grande maioria divulgada em ambos os meios, seguido daquelas divulgadas apenas nos RS e depois os sites.

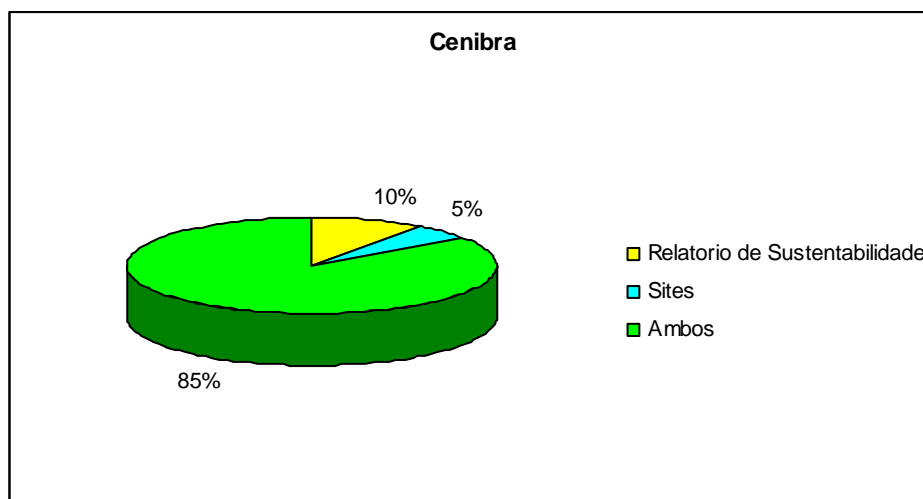
A seguir um trecho retirado do site da empresa Veracel, onde são relatadas algumas práticas voltadas para a Sustentabilidade.

A Veracel quer ser uma referência mundial em sustentabilidade e destacar-se como uma empresa ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

Por isso, foi elaborada uma Agenda de Sustentabilidade composta por um conjunto de ações que buscam assegurar: a competitividade do negócio, as melhores práticas ambientais no manejo florestal, as melhores práticas ambientais na produção de celulose, um forte compromisso social, um diálogo ativo com as partes interessadas e a geração de impactos econômicos positivos para a região. (<http://www.veracel.com.br/web/pt/perfil/>)

### 3.4.5 Cenibra

Com exceção da Klabin que obteve 100% de divulgação em ambos os documentos, a Cenibra foi a empresa que obteve o melhor percentual nesta evidência, 85%. De maneira geral seguiu o mesmo raciocínio da Votorantim e da Veracel.



**Gráfico 8: Frequência de evidência da empresa Cenibra com relação as fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Cenibra foi a empresa que apresentou um site muito bem elaborado. De maneira clara e prática, foi fácil encontrar as práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Segue abaixo um pouco sobre a história da Cenibra.

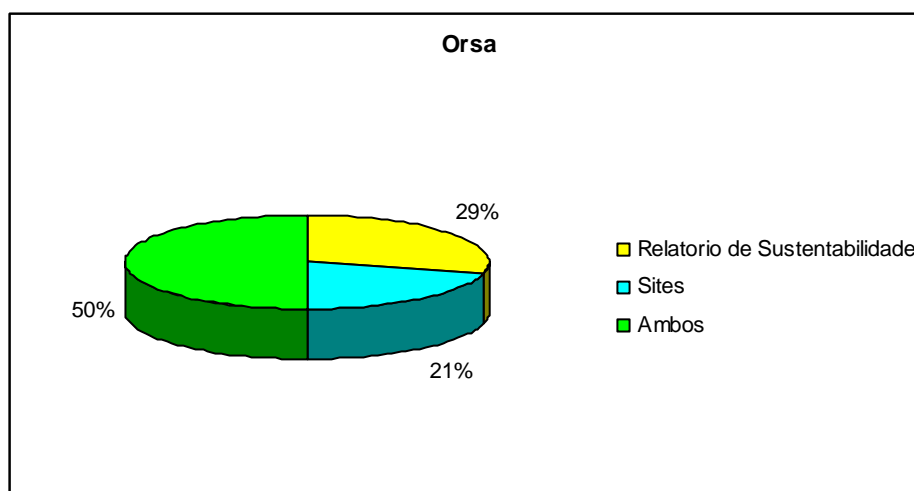
CENIBRA foi fundada no dia 13 de setembro de 1973. Localizada no leste de Minas Gerais, é o resultado do espírito empreendedor da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e da Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd. – JBP, que apostaram no sonho de construir uma grande empresa de base florestal.

Em julho de 2001, com a decisão da CVRD de se desfazer de sua participação em empresas de base florestal, a JBP passou a ser detentora do controle acionário total da CENIBRA. A JBP é um grupo de empresas japonesas, de larga experiência no relacionamento com o Brasil.

A CENIBRA atua em 47 municípios, onde desenvolve diversos projetos socioambientais, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região. (<http://www.cenibra.com.br/cenibra/Cenibra/Empresa>)

### 3.4.6 Orsa

A Orsa ocupante do 9º lugar no *ranking*, já possui um resultado um pouco diferenciado. Além de aplicarem poucas medidas voltadas para a sustentabilidade ambiental, apenas 14 contra 27 da Votorantim (primeira colocada), a organização apresentou um pequeno percentual em se tratando das práticas evidenciadas tanto nos sites quanto nos relatórios e conseqüentemente um percentual muito alto das outras duas análises realizadas. Tal desigualdade pode ser explicada, pois o Relatório de Sustentabilidade da empresa Orsa Celulose, Papel e Embalagens S A, é utilizado por todo o grupo: Orsa Celulose, Papel e Embalagens S A, Fundação Orsa Criança e Vida, Jarí Celulose S A e Orsa Florestal. Esse fato faz com que o RS trace um perfil corporativo do grupo Orsa e não somente da empresa estudada, podendo, portanto distorcer o resultado final da análise desta empresa.



**Gráfico 9: Frequência de evidência da empresa Orsa com relação as fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

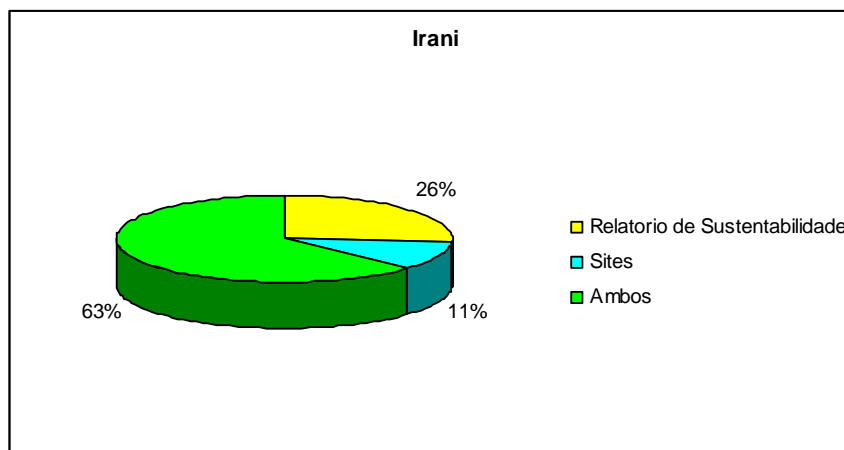
De certa forma esses números são compreensivos visto que a Orsa não ocupa um lugar muito privilegiado no *ranking*, conseqüentemente não possuindo o mesmo porte das primeiras colocadas. Segue abaixo um trecho extraído do site da empresa.

A participação da Orsa no mercado de embalagens brasileiro é expressiva, e cresce num ritmo rápido. Entre 1994 e 2003, a produção de embalagens e chapas de papelão ondulado apresentou um crescimento médio de 13% ao ano, performance muito positiva em relação à média brasileira, de 2%.

Para a Orsa, a palavra qualidade engloba a totalidade das características de marketing, engenharia, fabricação e manutenção de um produto ou serviço, sempre com o objetivo de atender às expectativas do cliente. Nosso objetivo é gerar qualidade nos processos, produtos e serviços, no perfil de motivação de nossos colaboradores e no grau de satisfação de nossos clientes e fornecedores. (<http://www.orsaembalagens.com.br/>)

### 3.4.7 Irani

A Irani com um total de 19 práticas evidenciadas, apresenta um site pouco detalhado no que se refere às atitudes que visam a sustentabilidade ambiental. Porém de maneira geral, segue a mesma linha do resultado geral da pesquisa realizada nas 8 organizações em questão.



**Gráfico 10: Frequência de evidência da empresa Irani com relação as fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

Este resultado, apesar de ser muito parecido com a média da pesquisa em termos percentuais, deixa a desejar devido a quantidade de práticas evidenciadas. Tal fato pode ser justificado, pois a Irani, apesar de ser uma grande empresa conforme texto abaixo, ocupa as últimas posições no *ranking* das empresas estudadas que utilizam ambos os meios de comunicação.

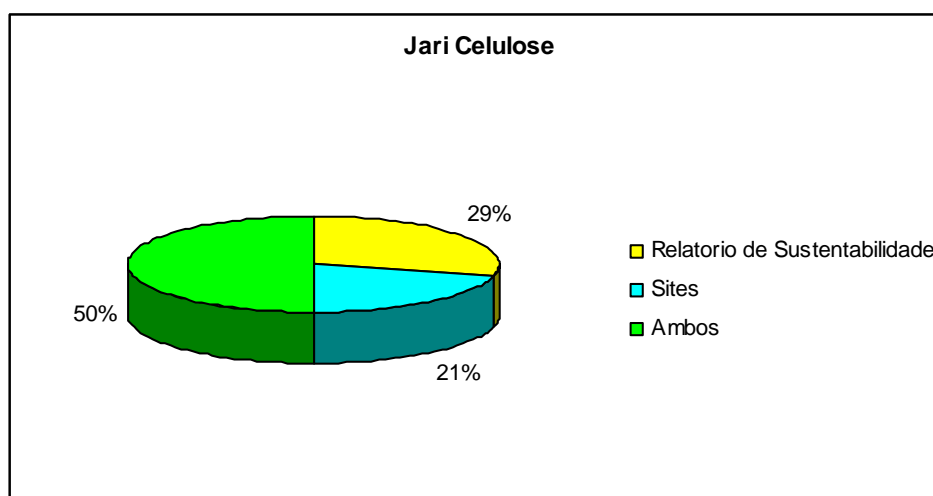
A IRANI é Empresa de capital aberto. Foi fundada em 1941. Atualmente, a Empresa produz papéis Kraft, chapas e embalagens de papelão ondulado, móveis de pínus e resinas. Tem como competência a segurança e a excelência no fornecimento de produtos de base florestal renovável. Em sua prática está o absoluto respeito ao meio ambiente e às pessoas.

A marca IRANI assina o compromisso de preservação da natureza, uso de matérias-primas com garantia de origem controlada e de processo produtivo pautado no conceito e prática de desenvolvimento sustentável. (<http://www.irani.com.br/estrutura>)



### 3.4.8 Jari Celulose

A empresa Jari Celulose segue exatamente a mesma explicação da Orsa Celulose, Papel e Embalagens S A. Ambas pertencem ao Grupo Orsa e podem ter suas informações distorcidas pelo mesmo motivo – utilizar um único Relatório Anual de Sustentabilidade para todas as empresas do grupo.



**Gráfico 11: Frequência de evidência da empresa Jari Celulose com relação as fontes RS, sites e ambos**

Fonte: Dados da Pesquisa.

Abaixo segue um trecho retirado do site da empresa.

A Jari Celulose S.A., no desenvolvimento de seus processos florestais, tem como política atender a demanda por seus produtos, utilizando tecnologias que assegurem qualidade, produtividade e competitividade em harmonia com o meio ambiente.

A Política da Qualidade da Jari Celulose S.A. é apoiada nos seguintes princípios: assegurar a qualidade dos produtos, proporcionando confiança e credibilidade a seus clientes, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, comprometimento com a melhoria contínua da qualidade dos processos e produtos, atendimento aos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis às suas atividades. (www.jari.com.br).

Com exceção da empresa Klabin, que já teve seus motivos expostos na tentativa de justificar seu resultado, as outras sete organizações estudadas, seguiram a mesma linha dos números obtidos na análise geral.

Visando maior competitividade no mercado, as organizações utilizam-se de importantes meios de comunicação para evidenciar, junto aos públicos com as quais se relaciona, as diferentes práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, seus Relatórios de Sustentabilidade e sites fornecem informações aos clientes, acionistas, investidores, especuladores, fornecedores, colaboradores e comunidade do entorno, não só do cumprimento da legislação vigente no que tange as questões do Meio Ambiente, mas também daquilo que é praticado além da exigência de lei. Essa atitude responsável assegura uma boa imagem às organizações, preserva o Meio Ambiente e possibilita um diferencial competitivo perante a concorrência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição de uma Sociedade Industrial para uma Sociedade do Conhecimento que vem ocorrendo nos últimos anos, impactou em grandes mudanças no comportamento da sociedade como um todo. Visando cada vez mais a valorização do capital intelectual, as organizações começam a mudar seus valores e conceitos. Atualmente a informação, o conhecimento e a importância dada ao desenvolvimento sustentável são práticas difíceis de serem mensuradas, mas que são responsáveis pela valorização das empresas que por isso, muitas vezes possuem seu valor de mercado superior ao patrimonial, o que se chama *goodwill*.

Paralelamente a estas mudanças ocorridas nas organizações, verifica-se também a alteração no comportamento de clientes, fornecedores, acionistas, investidores, sociedade, enfim todo o público que de certa forma mantém algum contato com estas empresas e que aos poucos estão se tornando cada vez mais exigentes e seletivos quando da aquisição de algum produto ou serviço.

A estes intangíveis que agregam grande valor às organizações, merece destaque o Desenvolvimento Sustentável, ou seja, aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Frente à situação de degradação em que se encontra o meio ambiente, estas práticas que visam à preservação ambiental, são extremamente valorizadas e destacadas, principalmente quando a empresa que as faz, adquire suas matérias primas através da extração de recursos naturais.

E foi exatamente dentro deste contexto, que o presente trabalho objetivou investigar a evidenciação voluntária das práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável nas vinte maiores empresas brasileiras de Papel e Celulose em se tratando de Patrimônio Líquido no ano de 2006, segundo a edição anual “Valor 1000”, publicada pelo jornal Valor Econômico em Agosto de 2007.

Para o alcance do objetivo deste estudo, a investigação foi conduzida através das análises documentais realizadas no Site e no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa, o que permitiu elaborar a Tabela 1 para o registro dessas práticas. Ao elaborar a Tabela 1 considera-se ter identificado os ativos intangíveis relacionados com as práticas ambientais das empresas brasileiras de Papel e Celulose.

Apesar das limitações encontradas, os resultados apontaram que a maioria das

empresas divulga as práticas ambientais realizadas em ambos os meios de comunicação estudados, sites e Relatórios Anuais de Sustentabilidade.

O Relatório de Sustentabilidade é o mais detalhado meio para informar acionistas, investidores, especuladores e até mesmo aqueles que desejam obter informações mais detalhadas no que tange ao passado da organização assim como planos e metas futuras. Nele é evidenciado também, tudo aquilo que numericamente não foi possível, o que chamamos de ativos intangíveis. Infelizmente a contabilidade enfrenta grandes dificuldades ao lidar com intangíveis, tanto para mensurá-los como para divulgá-los de maneira textual através dos Relatórios. Talvez por este motivo, este estudo realizado enfrentou limitações como, por exemplo, a inexistência de RS em 12 das 20 organizações analisadas.

A pesquisa mostra a importância dada às práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental nos tempos atuais. Diferentemente do que se pensava no passado, o crescimento econômico vem sendo incentivado até por ambientalistas, que acreditam cada vez mais na sustentabilidade do mesmo. Criado oficialmente desde 1987, o desenvolvimento sustentável vem sendo um dos assuntos mais discutidos dentro das organizações que agora reconhecem a inviabilidade de crescimento sem a preocupação com as gerações futuras.

Diante desde fato, as empresas passaram a investir fortemente nas práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental. Muitas vezes obrigadas por leis, outras por iniciativa própria, visando também sua valorização no mercado e até mesmo vantagem perante a concorrência, estas organizações comprometem-se em assegurar uma melhor qualidade de vida pra seus clientes.

Para tanto, além de estarem de acordo com todas as normas ambientais, destacando o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e as leis ambientais brasileiras, estas empresas utilizam certificados como a ISO 14001 que foca a gestão ambiental, ISO 9001 que trata de sistemas, a FSC que trata de uma certificação florestal, entre outros títulos que glorificam as atitudes ambientalmente corretas. Estes certificados não são obrigatórios, porém garantem uma ótima imagem destas empresas no mercado.

Visto as diversas medidas que devem ser tomadas para garantir a sustentabilidade ambiental, surge a necessidade de um departamento focado somente neste tema. A Gestão Ambiental agora encarada como um assunto estratégico necessita planejamento, liderança, gestão de processos e gestão de pessoas. Porém, para que as decisões deste novo departamento sejam tomadas corretamente, a contabilidade ambiental deve estar em perfeita

harmonia. Afinal a contabilidade ambiental foi criada justamente com o objetivo de fornecer informações à gestão ambiental.

Contudo, elaborar as demonstrações contábeis ambientais assim como descrevê-las e divulgá-las não só internamente, mas publicamente, torna-se uma estratégia de grande importância dentro das organizações. Os RS sendo uma demonstração contábil legal é um documento que acompanha os demonstrativos numéricos como o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, entre outros. Portanto quem estiver interessado em estudar detalhadamente uma organização, como os investidores, os acionistas e especuladores, por exemplo, poderão através desta leitura, obter melhores informações daquelas práticas até então não mensuradas, assim como as metas e objetivos futuros da empresa analisada. Da mesma forma aqueles que desconhecem a existência dos Relatórios de Sustentabilidade, e querem somente conhecer melhor seu fornecedor ou então estudar a empresa com sede em sua cidade, ou até mesmo a título de curiosidade, utilizarão provavelmente seus sites como meio de comunicação para obter estas informações.

Vista a importância da divulgação destas informações, principalmente para a valorização das organizações, o resultado desta pesquisa passa a ser facilmente explicado. Das práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental 74% foram divulgadas em ambos os documentos analisados, 14% somente nos Relatórios de Sustentabilidade e 12% apenas no site. Os RS por serem mais detalhados e utilizarem termos mais técnicos acabam evidenciando mais que o sites, pois os últimos fazem uso de uma linguagem mais simples e generalizada, para o bom entendimento dos diversos leitores.

Em destaque na pesquisa realizada, temos as práticas “reserva natural”, “monitoramento para evitar impactos ambientais”, “redução de emissões atmosféricas” e “projetos focados na educação ambiental junto à comunidade e colaboradores”, que foram citadas tanto nos sites como nos RS das oito empresas estudadas.

A Votorantim foi a empresa que mais divulgou práticas em ambos os meios, um total de 27, e a Klabin, foi a única que divulgou exatamente as mesmas práticas nos sites e nos relatórios de sustentabilidade, totalizando 20.

Por fim, verifica-se que os números encontrados neste estudo seguem o raciocínio lógico apresentado em todo o desenvolvimento teórico exposto, ou seja, a grande maioria das práticas são divulgadas em ambos os meios de comunicação pesquisados.

#### 4.1 OPINIÃO DA PESQUISADORA

A autora da pesquisa, após finalizar o estudo apresentado, formulou alguns comentários críticos em relação ao resultado encontrado.

Primeiramente o trabalho aqui apresentado abrange um tema muito importante nos dias atuais. Diante de tantos problemas enfrentados atualmente, no que tange a questão ambiental, divulgar estudos como este, além de informar a população como um todo, pode também alertar gestores, provocando uma saudável competição entre as diversas organizações brasileiras, afinal o desenvolvimento sustentável é utilizado também como um forma de marketing empresarial.

Positivamente o resultado encontrado demonstra a preocupação das empresas em praticar e divulgar para o público em geral as ações realizadas na busca da sustentabilidade ambiental. Entretanto, o Relatório de Sustentabilidade apesar de ser um documento contábil oficial, não é auditado, ou seja, as informações ali divulgadas, não sofrem qualquer investigação em se tratando da sua veracidade. Por esse motivo, surge o questionamento: até que ponto se pode confiar nessas divulgações? Certamente não seria vantagem para estas empresas divulgarem informações distorcidas, uma vez que um dos princípios da Responsabilidade Social Corporativa é a transparência que gera credibilidade. Mas como se pode saber se todas as organizações seguem este princípio?

Diante deste panorama a autora aponta duas sugestões na tentativa de minimizar a desconfiança gerada. Em primeiro lugar, incluir como obrigatória a auditoria nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade divulgados, seguindo o mesmo procedimentos já realizado nas auditorias das demonstrações contábeis. Em segundo lugar, diante das dificuldades que a área contábil enfrenta para tratar de ativos intangíveis, sua forma de registro e sua contabilização, e a realidade de mercado demandando diferencial cada vez mais competitivo no mercado, recomenda-se destaque para esta temática dentro do curso superior de ciências contábeis, uma vez que os profissionais desta área necessitam atentar não só para a concorrência e perenidade das organizações para as quais trabalham como também para a sua própria competência que representa a somatória do conhecimento, da habilidade e da atitude. A partir do momento que intangíveis tiverem no Brasil, uma padronização a fim de mensurá-los monetariamente, eles acabariam fazendo parte das Demonstrações Contábeis e conseqüentemente sendo auditados, acabando com a problemática citada.

Por fim, após a leitura realizada em todos os documentos das 20 empresas estudadas, a autora notou que as informações sempre apontam e evidenciam os aspectos positivos para as organizações, porém a questão é bastante polêmica, pois cumprir uma exigência legal significa responsabilidade regulada e quando as ações sociais e ambientais realizadas pelas organizações vão além do que uma lei determina. Isso representa ser uma organização socialmente e ambientalmente responsável. A polêmica aparece no momento em que as organizações divulgam inúmeras práticas que já são exigidas legalmente, mas para o público que desconhece a legislação tudo passa a ser visto como dedicação, preocupação e empenho visando ao desenvolvimento sustentável.

Finalizando cabe destacar que o desenvolvimento e a realização desta pesquisa atenderam às expectativas da autora, pois se pode observar que há preocupação com as questões ambientais haja visto que as práticas ambientalmente responsáveis ocorrem e são divulgadas para a sociedade. Consequentemente aumentam os ativos intangíveis das organizações que com isso podem se posicionar melhor no mercado competitivo.

Pode-se notar que apesar de não haver controle auditado sobre as informações das práticas relativas à preservação do meio ambiente, considera-se uma conquista o fato das organizações mostrarem o que fazem, seja para atender uma determinação legal como também as ações que são iniciativas delas própria. Em curto prazo acredito que este cenário será melhor, pois é preciso mudar para permanecer no mercado, do contrário perderão seu espaço para a concorrência.

Como complemento da opinião da autora, vide **Anexo B**, uma matéria de Ricardo Voltolini, da Revista Idéia Socioambiental, que trata do assunto. A matéria relata um caso ocorrido com a empresa Petrobrás que teve dois de seus anúncios publicitários suspensos por divulgar indevidamente que a uma empresa é socioambientalmente responsável. O texto ainda trata das organizações que agem de maneira oportunista, supervalorizando suas práticas.

## 4.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Para futuras pesquisas baseadas neste tema, sugerem-se os seguintes tópicos:

- Analisar não somente as práticas ambientais, mas todos os Ativos Intangíveis das empresas do ramo de Papel e Celulose;
- Realizar a mesma pesquisa, mas fazendo um comparativo com períodos anteriores, a fim de verificar a evolução ao longo dos anos;
- Seguir a mesma linha desta pesquisa, mas comparando também os valores patrimoniais com o valor de mercado, verificando a relação com as práticas ambientais divulgadas;
- Fazer um estudo detalhado, verificando se as medidas divulgadas na tentativa de manter o desenvolvimento sustentável são exigidas por lei e pelos órgãos ambientais competentes, ou se realmente são empresas ambientalmente responsáveis.



## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTON, L.; CARVALHO, F.; CRISPIM, G.:. **Evidenciação da Responsabilidade Social/Ambiental da Perspectiva de Um Novo Contexto Empresarial.** Universidade Federal de Santa Catarina. 2004. Disponível em: <http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/151.pdf>

AQUINO, Wagner de. e SANTANA, Antônio Carlos - Evidenciação, Caderno de Estudos, São Paulo - FIPECAFI - jun./1992.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Metodologia Científica: Manual para Elaboração de Textos Acadêmicos, Monografias, Dissertações e Teses.** Universidade Veiga de Almeida – UVA. Rio de Janeiro – 2005. Disponível em: <http://www.batlab.ufms.br/~wagner/apostilas/metodologia/metcomp.pdf>

CARPES, A. M., LAVARDA, C. E.; PINHEIRO, J.M. **Evidenciação das demonstrações contábeis.** Santiago: URI. Disponível em: <http://www.urisantiago.br/nadri/artigos>

CARVALHO, M.M.A. **Balço Social: Um novo olhar para o relatório do futuro.** XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

CATELLI, A. (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica - GECON.** São Paulo: Atlas, 1999.

COSTA, E.V. **A Importância na Evidenciação dos Demonstrativos Contábeis das Empresas Limitadas.** Pernambuco: UFPE, Abril. 2004. Disponível em: [www.clasecontabil.com.br](http://www.clasecontabil.com.br)

COSTA, N.B.C. **A contabilidade como instrumento para melhoria das políticas ambientais.** XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

CUNHA, Renato Zattar Afonso. **A Gestão Ambiental nas Empresas sob a Ameaça da Escassez de Água.** Taubaté: 2000. Monografia. Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté. Disponível em: [http://www.unitau.br/prppg/cursos/ppga/mba/2000/cunha\\_renato\\_zattar\\_afonso\\_da.pdf](http://www.unitau.br/prppg/cursos/ppga/mba/2000/cunha_renato_zattar_afonso_da.pdf).

DONAIRE, D. **Gestão ambiental nas empresas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DRUCKER, P. F. *The spirit of performance. Ed. Human resource management in education. Milton Keynes, UK: Open University Press, 1989.*

EDVINSSON, L. & MALONE, M. S. **Capital Intelectual,** São Paulo, Makron Books, 1998.

FERNANDES, J.W.N. **A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável sob a ótica da contabilidade ambiental.** XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAUUP. E.H. **A contabilidade e o valor real das empresas, mediante identificação dos valores internos**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

IPIB - Internet Produto Interno Bruto. Maiores empresas. Disponível em:  
<http://www.ipib.com.br/>.

Instituto Akatu pelo consumo consciente. Propaganda insustentável. Disponível em:  
<http://www.akatu.com.br/central/opiniaio/2008/propaganda-insustentavel>.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**, São Paulo, Atlas, 1998.

KRAEMER, M.E.P. **A contabilidade do Conhecimento**. 2002. Disponível em:  
[www.alfinal.com/brasil/contabilidadconocimiento0.shtml](http://www.alfinal.com/brasil/contabilidadconocimiento0.shtml).

LEV, B. **Measuring the value of the Intellectual Capital**. Ivey business journal. New York, 2001.

LUZ, S. **Capital Intelectual: Uma vantagem Competitiva**. Disponível em:  
[www.administradores.com.br](http://www.administradores.com.br)

MARTINS, E. **Capital Intelectual: Verdades e Mitos**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: EDIFURB, 2002.

MERLO, Roberto; GALLINA, Daniela. **A Importância da Contabilidade Ambiental e sua Utilização na Preservação do Meio Ambiente**. 2005. Disponível em: [www.merlo.pro.br](http://www.merlo.pro.br)

MOURA, Arthur Hyppólito. **Os ativos intangíveis e o Capital Intelectual**. Seminário três manhãs de Gestão do Conhecimento na BIREME 6-8 de julho de 2004.

NETO, J.V.O. **O Capital Intelectual: Um paradigma contábil**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

OLIVEIRA, João Hélivio R. de. **Legislação Ambiental Aplicada às Organizações**. Apostila. Doutorado UFSC – INISC. 2000.

OSHIRO, R. **A contabilidade e o capital intelectual**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

PAIVA, S. B. **Capital Intelectual: um novo paradigma para a gestão de negócios**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

PASSINI, J.G. **A contabilidade e o capital intelectual**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

PAULO, E. **Capital Intelectual: formas alternativas de mensuração**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

PFISTER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e contabilidade ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.

PINCHOT, Gifford, PINCHOT, Elizabeth. **O poder das pessoas: como usar a inteligência de todos dentro da empresa para conquista de mercado**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

REBOLLO, M.G. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ARACRUZ, 2006. Disponível em: [www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE CENIBRA 2006. Disponível em: [www.cenibra.com.br](http://www.cenibra.com.br)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE IRANI, 2006. Disponível em: [www.irani.com.br](http://www.irani.com.br)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE JARI CELULOSE 2006. Disponível em: [www.jari.com.br](http://www.jari.com.br)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE KLABIN 2006. Disponível em: [www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ORSA 2006. Disponível em: [www.orsa.com.br](http://www.orsa.com.br)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE VERACEL, 2006. Disponível em: [www.veracel.com.br](http://www.veracel.com.br)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE VOTORANTIM 2006. Disponível em: [www.vcp.com.br](http://www.vcp.com.br)

ROOS, J.; ROOS, G.; EDVINSSON, L.; DRAGONETTI, N.C. *Intellectual Capital: navigating in the new business landscape*. London, 1997.

SIQUEIRA, P.R. **O capital intelectual e a contabilidade.** XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

STEWART, Tomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### **As 17 Leis Ambientais mais importantes do país.**

*O Brasil possui boas leis ambientais. O problema é que a maior parte não é cumprida de maneira adequada. Conhecer sobre estes documentos é um passo fundamental para que leis de papel se transformem em direitos de verdade. A seleção que apresentamos foi preparada por Silvia Czapski - AIPA <http://www.aipa.org.br> e <http://www.meioambiente.org.br> com o dr. Paulo Affonso Leme Machado, especialista brasileiro em Direito Ambiental internacionalmente reconhecido - publicado também no *Jornal de Meio Ambiente - em junho de 1999**

#### **1. Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 24/07/1985)**

Lei de Interesses Difusos, que trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico. A ação pode ser requerida pelo Ministério Público, a pedido de qualquer pessoa, ou por uma entidade constituída há pelo menos um ano. Normalmente ela é precedida por um inquérito civil.

#### **2. Agrotóxicos (Lei 7.802 de 11/07/1989)**

A Lei dos Agrotóxicos regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem. Impõe a obrigatoriedade do receituário agrônomo para venda de agrotóxicos ao consumidor. Também exige registro dos produtos nos Ministérios da Agricultura e da Saúde e no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Qualquer entidade pode pedir o cancelamento deste registro, encaminhando provas de que um produto causa graves prejuízos à saúde humana, meio ambiente e animais. A indústria tem direito de se defender. O descumprimento da lei pode render multas e reclusão inclusive para os empresários.

#### **3. Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902, de 27/04/1981)**

Lei que criou as figuras das "Estações Ecológicas" (áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos) e das "Áreas de Proteção Ambiental" (APAS - onde podem permanecer as propriedades privadas, mas o poder público pode limitar e as atividades econômicas para fins de proteção ambiental). Ambas podem ser criadas pela União, Estado, ou Município.  
*Informação importante: tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência para apreciação em plenário, o Projeto de Lei 2892/92, que modificaria a atual lei, ao criar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.*

#### **4. Atividades Nucleares (Lei 6.453 de 17/10/1977)**

Dispõe sobre responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares. Entre outros, determina que quando houver um

acidente nuclear, a instituição autorizada a operar a instalação nuclear tem a responsabilidade civil pelo dano, independente da existência de culpa. Se for provada a culpa da vítima, a instituição apenas será exonerada de indenizar os danos ambientais. Em caso de acidente nuclear não relacionado a qualquer operador, os danos serão suportados pela União. A lei classifica como crime produzir, processar, fornecer, usar, importar, ou exportar material sem autorização legal, extrair e comercializar ilegalmente minério nuclear, transmitir informações sigilosas neste setor, ou deixar de seguir normas de segurança relativas à instalação nuclear.

### **5. Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 12/02/1998)**

A Lei dos Crimes Ambientais reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A partir dela, a pessoa jurídica, autora ou coautora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. Por outro lado, a punição pode ser extinta quando se comprovar a recuperação do dano ambiental e - no caso de penas de prisão de até 4 anos - é possível aplicar penas alternativas. A lei criminaliza os atos de pichar edificações urbanas, fabricar ou soltar balões (pelo risco de provocar incêndios), maltratar as plantas de ornamentação (prisão de até um ano), dificultar o acesso às praias, ou realizar um desmatamento sem autorização prévia. As multas variam de R\$ 50 a R\$ 50 milhões. *Para saber mais o IBAMA tem, em seu site, um quadro com as principais inovações desta lei, bem como de todos os vetos presidenciais.*

### **6. Engenharia Genética (Lei 8.974 de 05/01/1995)**

Regulamentada pelo Decreto 1752, de 20/12/ 1995, a lei estabelece normas para aplicação da engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos geneticamente modificados (OGM), até sua comercialização, consumo e liberação no meio ambiente. Define engenharia genética como a atividade de manipulação em material genético que contém informações determinantes de caracteres hereditários de seres vivos. A autorização e fiscalização do funcionamento de atividades na área, e da entrada de qualquer produto geneticamente modificado no país, é de responsabilidade de vários ministérios: do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), da Saúde (MS), da Reforma Agrária. Toda entidade que usar técnicas de engenharia genética é obrigada a criar sua Comissão Interna de Biossegurança, que deverá, entre outros, informar trabalhadores e a comunidade sobre questões relacionadas à saúde e segurança nesta atividade. A lei criminaliza a intervenção em material genético humano in viva (exceto para tratamento de defeitos genéticos), e também a manipulação genética de células germinais humanas, sendo que as penas podem chegar a vinte anos de reclusão.

### **7. Exploração Mineral (Lei 7.805 de 18/07/1989)**

Esta lei regulamenta a atividade garimpeira. A permissão da lavra é concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a brasileiro ou cooperativa de garimpeiros autorizada a funcionar como empresa, devendo ser renovada a cada cinco anos. É obrigatória a licença ambiental prévia, que deve ser concedida pelo órgão ambiental competente. Os trabalhos de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente são passíveis de suspensão, sendo o titular da autorização de exploração dos minérios responsável pelos danos ambientais. A atividade garimpeira executada sem permissão ou licenciamento é crime. O site do DNPM na Internet oferece a íntegra desta lei e de toda a legislação que regulamenta a atividade minerária no país. Já o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal oferece comentários detalhados da questão da mineração.

### **8. Fauna Silvestre (Lei 5.197 de 03/01/1967)**

Classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, a caça profissional, o comércio de espécimes da fauna silvestres e produtos que derivaram de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Também criminaliza a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis (como o jacaré) em bruto. O site do IBAMA traz um resumo comentado de todas as leis relacionadas à fauna brasileira, além de trazer uma lista das espécies brasileiras ameaçadas de extinção.

### **9. Florestas (Lei 4771 de 15/09/1965)**

Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória): uma faixa de 10 a 500 metros nas margens dos rios (dependendo da largura do curso d'água), a beira de lagos e de reservatórios de água, os topos de morro, encostas com declividade superior a 45° e locais acima de 1800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do país preservem 20% da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada no registro de imóveis, a partir do que fica proibido o desmatamento, mesmo que a área seja vendida ou repartida. *As sanções que existiam na lei foram criminalizadas a partir da Lei dos Crimes Ambientais, de 1998.*

### **10. Gerenciamento Costeiro (Lei 7661, de 16/05/1988)**

Regulamentada pela Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar em 21/12/1990, esta lei traz as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Define Zona Costeira como o espaço geográfico da interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos naturais e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) deve prever o zoneamento de toda esta extensa área, trazendo normas para o uso de solo, da água e do subsolo, de modo a priorizar a proteção e conservação dos recursos naturais, o patrimônio histórico, paleontológico, arqueológico, cultural e paisagístico. Permite aos Estados e Municípios costeiros instituírem seus próprios planos de gerenciamento costeiro, desde que prevaleçam as normas mais restritivas. As, praias são bens públicos de uso do povo, assegurando-se o livre acesso a elas e ao mar. O gerenciamento costeiro deve obedecer as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

### **11. IBAMA (Lei 7.735, de 22/02/1989)**

Lei que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (que era subordinada ao Ministério do Interior) e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA compete executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais (*hoje o IBAMA subordina-se ao Ministério dos Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal*).

### **12. Parcelamento do solo urbano (Lei 6.766 de 19/12/1979)**

Estabelece as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológica, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde, em terrenos alagadiços. Da área total, 35% devem se destinar ao uso comunitário (equipamentos de educação, saúde lazer, etc.). o projeto deve ser apresentado e aprovado previamente pelo Poder Municipal, sendo que as vias e áreas públicas passarão para o domínio da Prefeitura, após a instalação do empreendimento. *Obs.: a partir da Resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de*



*23 de janeiro de 1986, quando o empreendimento prevê construção de mais de mil casas, tornou-se obrigatório fazer um Estudo Prévio de Impacto Ambiental.*

### **13. Patrimônio Cultural (Decreto Lei 25, de 30/11/1937)**

Este decreto organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana. A partir do tombamento de um destes bens, fica proibida sua destruição, demolição ou mutilação sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que também deve ser previamente notificado, em caso de dificuldade financeira para a conservação do bem. Qualquer atenta do contra um bem tombado equivale a um atentado ao patrimônio nacional.

### **14. Política Agrícola (Lei 8.171 de 17/01/1991)**

Esta lei, que dispõe sobre Política Agrícola, coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Num capítulo inteiramente dedicado ao tema, define que o Poder Público (federação, estados, municípios) deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas (inclusive instalação de hidrelétricas), desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros. Mas a fiscalização e uso racional destes recursos também cabe aos proprietários de direito e aos beneficiários da reforma agrária. As bacias hidrográficas são definidas como as unidades básicas de planejamento, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais, sendo que os órgãos competentes devem criar planos plurianuais para a proteção ambiental. A pesquisa agrícola deve respeitar a preservação da saúde e do ambiente, preservando ao máximo a heterogeneidade genética.

### **15. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 17/01/1981)**

A mais importante lei ambiental. Define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente de culpa. O Ministério Público (Promotor Público) pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Também esta lei criou os Estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), regulamentados em 1986 pela Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). O EIA/RIMA deve ser feito antes da implantação de atividade econômica que afete significativamente o meio ambiente, como estrada, indústria, ou aterros sanitários, devendo detalhar os impactos positivos e negativos que possam ocorrer por causa das obras ou após a instalação do empreendimento, mostrando ainda como evitar impactos negativos. Se não for aprovado, o empreendimento não pode ser implantado.

### **16. Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 08/01/1997)**

A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (por exemplo: consumo humano, produção de energia, transporte aquaviário, lançamento de esgotos). A partir dela, a gestão dos recursos hídricos passa a ser descentralizada, contando com a participação do Poder Público, usuários e comunidades. São instrumentos da nova Política das Águas: 1- os Planos de Recursos Hídricos: elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País, visam gerenciar e compatibilizar os diferentes usos da água, considerando inclusive a perspectiva de crescimento demográfico e metas para racionalizar o uso, 2- a outorga de direitos de uso das águas: válida por até 35 anos, deve

compatibilizar os usos múltiplos, 3- a cobrança pelo seu uso (antes, só se cobrava pelo tratamento e distribuição), 4- os enquadramentos dos corpos d'água (a ser regulamentado). A lei prevê a formação de 1- Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (integrado conselho nacional e estaduais de Recursos Hídricos, bem como os Comitês de Bacia Hidrográfica; 2- Conselho Nacional de Recursos Hídricos, composto por indicados pelos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos, representantes das organizações civis do setor e de usuários, 3- Comitês de Bacias Hidrográficas, compreendendo uma bacia ou sub-bacia hidrográfica, cada comitê deve ter representantes de governo, sociedade civil e usuários com atuação regional comprovada. 4- Agências de bacia: com a mesma área de atuação de um ou mais comitês de bacia, têm entre as atribuições previstas, a cobrança de uso da água e administração dos recursos recebidos, 5- Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos: para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

### **17. Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição (Lei 6.803, de 02/07/1980)**

De acordo com esta lei, cabe aos estados e municípios estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo Estudo de Impacto Ambiental. Municípios podem criar três classes de zonas destinadas à instalação de indústrias: 1) zona de uso estritamente industrial: destinada somente às indústrias cujos efluentes, ruídos ou radiação possam causar danos à saúde humana ou ao meio ambiente, sendo proibido instalar atividades não essenciais ao funcionamento da área; 2) zona de uso predominantemente industrial: para indústrias cujos processos possam ser submetidos ao controle da poluição, não causando incômodos maiores às atividades urbanas e repouso noturno, desde que se cumpram exigências, como a obrigatoriedade de conter área de proteção ambiental que minimize os efeitos negativos. 3) zona de uso diversificado: aberta a indústrias que não prejudiquem as atividades urbanas e rurais.

**Publicado no Jornal de Meio Ambiente - junho de 1999**

**CÓPIA LEGÍTIMA DO SITE:** <http://hps.infolink.com.br/peco/lex01.htm>

## **ANEXO B**

**Esta matéria complementa a opinião da pesquisadora diante dos resultados obtidos neste estudo.**

Petrobras- propaganda suspensa

Propaganda insustentável

Por Ricardo Voltolini, da Revista Idéia Socioambiental

No último dia 17 de abril, o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) suspendeu dois anúncios da Petrobras, de 2007, nos quais a empresa afirma ser Socioambientalmente responsável. A medida atendeu a uma representação feita por organizações da sociedade civil e órgãos públicos, tendo como base os artigos do Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária que tratam, entre outros temas, de legalidade, respeito, caráter educativo, honestidade e apresentação verdadeira. Um dos artigos utilizados para o julgamento prega o combate a anúncios que incentivam a poluição do meio ambiente. Pesou na decisão do Conar a alegação de que a Petrobrás não respeita uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente que define, como limite máximo, a quantidade de 50 partes por milhão (ppm) de enxofre no óleo diesel. Seu produto, segundo os acusadores, teria mais de dez vezes a presença desse elemento químico que, liberado nas emissões de automóveis, prejudica a saúde das pessoas.

A empresa comunicou que pretende cumprir compromisso estabelecido de disponibilizar diesel 50 ppm a partir de janeiro de 2009, data estipulada pelo Conama. E também que vai recorrer da decisão do Conar tão logo seja comunicada oficialmente. As organizações cusadoras festejam a decisão como "histórica" e "exemplar", destacando que ela preserva o respeito ao conceito de sustentabilidade e estimula as empresas a adotarem práticas compatíveis com os seus discursos.

É certo que uma decisão como essa, por seu impacto e ineditismo, ainda dará muito pano para mangas. Certo é também o fato de que, ao final da contenda, todos sairão mais maduros, inclusive e, principalmente, a sociedade. Para o que nos interessa, o caso reabre uma discussão já tratada nessa coluna sobre os limites da comunicação da sustentabilidade. A ela vale a pena retornar para novas reflexões.

Um dos desafios que se impõem às empresas interessadas em comunicar seus compromissos socioambientais é a desconfiança das pessoas. Quase metade dos brasileiros, segundo pesquisa do Ibope (2007), considera as ações de reponsabilidade socioambiental apenas uma estratégia de marketing.

Leia-se: um entre dois cidadãos acha que as corporações fazem uso da propaganda de sustentabilidade para limpar a imagem, expediente que os americanos chamam de greenwashing.

A percepção prevalente é que as empresas agem de modo oportunista, supervalorizam as suas práticas, escondem os pontos vulneráveis e comunicam apenas o que as interessam porque entendem que o tema, crescentemente valorizado pela sociedade, confere valor aos negócios e á marca. Isso não é necessariamente uma verdade para 100% das empresas. Mas percepção é, por natureza, genérica. E mesmo as empresas que não se encaixam no figurino do imaginário coletivo, acabam, de alguma forma, prejudicadas pela desconfiança geral.

A que atribuir o manifesto pé atrás? Entre as várias razões possíveis, inclui-se a mão pesada do marketing. Tratado como atributo que impacta o modo como consumidores formam impressões sobre empresas e marcas, o tema sustentabilidade entrou para a agenda dos planejadores de marketing. Mais do que deveria. E de forma abrupta. Por consequência, deixou-se contaminar pelo imediatismo, a simplificação e a crença na auto-suficiência da propaganda, três vícios característicos dessa área.

Na pressa de obter "resultados de imagem"-a rigor, uma das finalidades de sua ação –o marketing colocou o bloco da sustentabilidade na rua antes mesmo de as empresas realizarem a necessária lição de casa, isto é, mudarem práticas insustentáveis, reverem modelos de produção perdulários e desenvolverem cultura interna. Na maioria dos casos, isso ocorreu não por má fé. Mas por açodamento e despreparo. De olho numa suposta -e discutível- vantagem competitiva em relação á concorrência, o marketing saiu na frente sem ter dado á empresa o tempo de amadurecer a sua convicção sustentável junto com acionistas, funcionários, fornecedores, clientes e comunidades.

Como convencer a sociedade por meio de um discurso sustentável se as partes interessadas, que conhecem a empresa mais de perto, ainda não estão plenamente convencidas das práticas sustentáveis que a empresa diz ter? A desconfiança é, portanto, compreensível.

Ao tentar enquadrar as ações socioambientais da empresa em um "posicionamento" criativo, escorando-se em slogans emocionais, imagens e metáforas bonitas, o marketing "vende uma idéia" mas não comunica tudo o que a empresa faz ou pensa fazer. Essa simplificação acaba sendo um subterfúgio para as que não tem o que mostrar. Mas pode também equivaler a um tiro no pé para as que, de fato, têm. Ao contrário do que acreditam alguns profissionais de marketing, a propaganda não pode tudo. Nem resolve o jogo sozinha. Evidentemente, tem um papel importante no conjunto da comunicação. Mas vários estudos sugerem que as pessoas estão mais cada dia mais críticas em relação á mensagem auto-elogiosa e intencionalmente vendedora de feitos e realizações. Logo, no que se refere ao discurso institucional da sustentabilidade, deve-se observar cuidados em relação á forma, aos conteúdos e até mesmo á quantidade. Mais importante do que a propaganda, são as ações de comunicação dirigidas aos diferentes públicos de interesse. Bem planejadas, elas ajudam a construir a percepção de que a sustentabilidade está legitimamente associada a tudo o que a empresa faz, integrando-se á sua identidade. O único limite para a comunicação da sustentabilidade - como se vê - é a verdade.

\* Ricardo Voltolini é publisher da revista Idéia Socioambiental e diretor da consultoria Idéia Sustentável. [ricardo@ideiasocioambiental.com.br](mailto:ricardo@ideiasocioambiental.com.br) (Você lê Ricardo Voltolini todas as quartas-feiras aqui na Envolverde.)

(Envolverde/Idéia Socioambiental - 30/04/08)

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A

**E-mails enviados pela autora e respondidos pelas empresas analisadas, na tentativa de obter seus respectivos Relatórios de Sustentabilidade. Não foi obtido sucesso em nenhuma das tentativas.**

**Algumas empresas não possuíam contato por e-mail, logo a solicitação foi realizada no próprio site, na opção “fale conosco”.**

RES: Solicitação

De: **sac** (sac@ipaperbr.com)

Você pode não conhecer este remetente. [Marcar como confiável](#) | [Marcar como não confiável](#)

Enviada: sexta-feira, 7 de março de 2008 11:23:38

Para: [anaborges00@hotmail.com](mailto:anaborges00@hotmail.com)

Ana, bom dia!

Levando em conta que a International Paper utiliza somente de Normas e Procedimentos sobre Responsabilidades Ambientais para controlar a ISO e na parte de contabilidade não possui e não utiliza Balanço Social, sugerimos que entre em contato com a Associação Brasileira de Papel e Celulose. Lá, eles lhe auxiliarão na sua pesquisa.

BRACELPA

Rua Afonso Freitas, 499

CEP: 04006-900 São Paulo - SP

Fone: (11) 3885 1845 Fax: (11) 3885 3689

site: [www.bracelpa.org.br](http://www.bracelpa.org.br)

E-mail: [bracelpa@bracelpa.org.br](mailto:bracelpa@bracelpa.org.br)

Certos de sua compreensão.

Saudações,

Marielza Fracca

SAC - 0800 70 300 70

Serviço de Atendimento ao Consumidor

International Paper do Brasil Ltda.

Ouvir a sua opinião. É da nossa natureza.

"Para informações rápidas, utilize o nosso Atendimento On Line, disponível no site da empresa: [www.internationalpaper.com.br](http://www.internationalpaper.com.br)"

-----Mensagem original-----

De: ANa Paula Borges <[anaborges00@hotmail.com](mailto:anaborges00@hotmail.com)>

Enviada em: quinta-feira, 6 de março de 2008 22:12

Assunto: Solicitação

Sou estudante da Universidade Federal de Santa Catarina, estou construindo minha monografia e necessito analisar o relatório de sustentabilidade de 2006 de algumas empresas de Papel e Celulose. Não consegui localiza-lo no site de vocês. Vocês possuem? É possível, por gentileza, me encaminhar por e-mail? Fico no aguardo. Muito Obrigada

Re: Formulário de contato

De: **Marketing e Comunicação Penha S/A** (marketing@penha.com.br)

Você pode não conhecer este remetente. [Marcar como confiável](#) | [Marcar como não confiável](#)

Enviada: sexta-feira, 7 de março de 2008 8:08:47

Para: [anaborges00@hotmail.com](mailto:anaborges00@hotmail.com)

Ana, bom dia.

Agradecemos sua mensagem, mas infelizmente não poderemos atender sua solicitação, pois não temos esse material.

Atenciosamente,

Marketing e Comunicação Penha S/A  
Fábrica de Papel e Papelão N. S. da Penha S/A  
E-mail: [marketing@penha.com.br](mailto:marketing@penha.com.br)  
Site: [www.penha.com.br](http://www.penha.com.br)

## Solicitação

De: **Ana Paula Borges** (anaborges00@hotmail.com)

Enviada: quinta-feira, 6 de março de 2008 22:29:44

Para: anaborges00@hotmail.com

mercado.po@trombini.com.br; mercado.papel@trombini.com.br;

mercado.sacos@trombini.com.br; mercado.po@far.trombini.com.br;

Cco: mercado.papel@can.trombini.com.br; mercado.papel@fbo.trombini.com.br;

vendas@lda.trombini.com.br; vendas@blu.trombini.com.br; vendas@poa.trombini.com.br;

vendas@sp.trombini.com.br

Boa noite!!

Sou estudante da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou construindo minha monografia e necessito analisar os Relatórios de Sustentabilidade de 2006 das maiores empresas de Papel e Celulose do Brasil.

Procurei este relatório no site da Trombini, porém não obtive sucesso.

Gostaria de saber se a Trombini possui este relatório, e se possui, será que é possível me encaminhar por e-mail?

Fico no aguardo.

Muito Obrigada!!!!

Att.

Ana Paula Borges



Solicitação

De: **Ana Paula Borges** (anaborges00@hotmail.com)

Enviada: quinta-feira, 6 de março de 2008 22:54:08

Para: falecom@mili.com.br

Boa noite!!

Sou estudante de ciência contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou construindo minha monografia e necessito analisar os Relatórios de Sustentabilidade de 2006 das maiores empresas de Papel e Celulose do Brasil.

Procurei este relatório no site da Mili, porém não obtive sucesso.

Gostaria de saber se a Mili possui este relatório, e se possui, será que é possível me encaminhar por e-mail?

Fico no aguardo.

Muito Obrigada!!!!

Att.

Ana Paula Borges

Solicitação

De: **Ana Paula Borges** (anaborges00@hotmail.com)

Enviada: quinta-feira, 6 de março de 2008 22:35:48

Para: vendas@adami.com.br

Boa noite!!

Sou estudante da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou construindo minha monografia e necessito analisar os Relatórios de Sustentabilidade de 2006 das maiores empresas de Papel e Celulose do Brasil.

Procurei este relatório no site da Adami, porém não obtive sucesso.

Gostaria de saber se a Adami possui este relatório, e se possui, será que é possível me encaminhar por e-mail?

Fico no aguardo.

Muito Obrigada!!!!

Att.

Ana Paula Borges

Solicitação

De: **Ana Paula Borges** (anaborges00@hotmail.com)

Enviada: quinta-feira, 6 de março de 2008 23:01:28

Para: contabilidade@embalagensrubi.com.br

Boa noite!!

Sou estudante de ciências contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou construindo minha monografia e necessito analisar os Relatórios de Sustentabilidade de 2006 das maiores empresas de Papel e Celulose do Brasil.

Procurei este relatório no site da Embalagens Rub, porém não obtive sucesso.

Gostaria de saber se a Embalagens Rub possui este relatório, e se possui, será que é possível me encaminhar por e-mail?

Fico no aguardo.

Muito Obrigada!!!!

Att.

Ana Paula Borges